15 ANOS EM AÇÃO

cultura • educação • juventude

ação educativa 15 ANOS

A presente publicação é licenciada por meio de uma licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilhar Igual, versão 2.5, disponível em http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt. Em função da citada licença Creative Commons os artigos que compõem a obra poderão ser reproduzidos, integral ou parcialmente, podendo ser, inclusive, traduzidos, desde que sempre seja reconhecido o direito de atribuição e referência aos nomes dos autores e desta obra, nos termos da licença. Adicionalmente, caso o uso implique alteração, transformação, ou criação de outra obra com base em qualquer dos artigos ou na obra completa, a obra resultante somente poderá ser distribuída sob uma licença idêntica a esta. Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que se obtenha permissão expressa da Ação Educativa. A publicação também pode ser obtida em sua versão eletrônica no sítio da Ação Educativa. O download da obra é gratuito.

ADVERTÊNCIA

O uso de linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas, moças e rapazes é uma preocupação desta revista. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos "criança, adolescente, jovem e adulto" foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas afirmamos o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás de termos como criança, adolescente e jovens existem sujeitos com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

AÇÃO EDUCATIVA, 15 ANOS

COMEÇA UM NOVO CICLO

Essa publicação marca um momento muito especial na história da Ação Educativa: a comemoração de seus 15 anos promovendo direitos educativos e da juventude e, mais recentemente, também os direitos culturais. É uma trajetória cheia de acontecimentos e transformações, mas que se fez também com continuidade. Dela emergiu uma identidade que inspirou uma máxima lançada em recente processo de avaliação institucional, a de que a Ação Educativa possui um "DNA".

A metáfora do código genético surgiu em nossos debates, quando avaliamos que a organização tem um modo de fazer específico, um método que é coerente com princípios e valores que estão na raiz da Ação Educativa, desde os tempos do Cedi. Estes princípios e valores presentes no modo de fazer é que definiram a imagem pública e o perfil político nos quais a organização se reconhece e é reconhecida.

A busca da qualidade na pesquisa e na produção de materiais pedagógicos e de referência, o desenvolvimento e a sistematização de metodologias participativas, a atenção aos temas emergentes na conjuntura e ao pluralismo de opiniões, a priorização da atuação em aliança com outras organizações e movimentos para incidir nas políticas públicas. São esses alguns dos elementos deste "DNA". Tudo isso alicerçado pelo princípio da transparência e pelo compromisso com a democracia em todos os níveis, na gestão interna, na relação com nossos públicos, com participantes e parceiros de projetos, assim como nas instâncias da política institucional.

Este "DNA" nos identifica com um campo político de organizações e movimentos que lutam pela ampliação da democracia com justiça social e pela garantia dos direitos humanos. Construindo essa força social, enfrentamos o desafio de nos reinventar para responder às mudanças na conjuntura, afirmando nossa identidade e procurando nos diferenciar frente à proliferação de organizações do chamado terceiro setor que surgiram no período, fazendo com que as ONGs, na cobertura da grande mídia, passassem muitas vezes de heroínas a vilãs, supostas responsáveis pelos desacertos na relação entre o público e o privado estruturais na tradição do Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo, nesses anos, novas possibilidades surgiram e a Ação Educativa foi provocada a dialogar com uma nova era, moderna, tecnológica e célere, em que surgem novas formas e ferramentas de fazer política, ao mesmo tempo em que novos atores entram na cena pública.

Compartilhamos a percepção de que estamos no limiar de um novo ciclo. Essa publicação resgata a história destes 15 anos já apontando para este por vir.

Nosso maior desafio foi contar essa história, com a qual estamos tão envolvidos pessoalmente, não a partir de um ponto de vista meramente institucional, mas como parte de uma história maior, relevante para todos os brasileiros: a história da constituição e efetivação dos direitos educativos, culturais e da juventude no país, dos debates e ações políticas que conformaram esse campo de lutas e conquistas sociais. Foi um bonito exercício de pensar a nossa razão de existir e nosso papel na sociedade.

Convidamos você a encontrar nas páginas seguintes textos e imagens que retratam essa trajetória, a conformação desse jeito próprio de fazer política, educação e cultura que é a cara da Ação Educativa.

Agradecemos a todos e todas que, ao longo destes 15 anos, nos ajudaram a escrever essa história.

Boa leitura!

Vera Masagão Ribeiro e Sérgio Haddad

Painel de grafite instalado na recepção da Ação Educativa

Expediente

REVISTA AÇÃO EDUCATIVA
15 ANOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Eleilson Leite, Cláudia Bandeira, Denise Carreira, Ester Rizzi, Hugo Fanton, Luis Serrao, Luiz Barata, Marcos José Pereira da Silva, Maria Virgínia Freitas, Mariângela Graciano, Marilse Araújo, Mário Sérgio de Thomaz, Michelle Prazeres, Raquel de Souza, Roberto Catelli, Salomão Ximenes, Sérgio Haddad, Tânia Portella, Thais Bernardes Nogueira e Vera Masagão Ribeiro

Coordenação editorial
Michelle Prazeres
Edição
Diogo Moyses
Projeto gráfico e diagramação
Daniel Lopes
Assistente de arte
Gledson Neix
Redação
Daniela Alarcon, Diogo Moyses, Henrique Costa, Michelle Prazeres e Pedro Sibahi
Revisão
Isabel Junqueira
Fotografia
Acervos Ação Educativa e Agência Brasil. Bia Barbosa, Eliene Silva, Maira Soares, Marcelo Vitorino, Moises Moraes, Otavio Valle, Priscila Carvalho, Rodrigo Santos e Waldo Lao

DIRETORIA
Presidente
Maria Machado Malta Campos

Vice Presidente
Pedro de Carvalho Pontual

Diretora Financeira
Maria Clara Di Piero

Diretor Técnico:
Cristiano Di Giorgio

Diretor Secretário
Orlando Jóia

CONSELHO FISCAL
Ismar de Oliveira Soares
Waldemir Bargieri
Waltemir Jango Belli Nalles

Esta revista contou com o apoio de: Ford Foundation, EED, Noruegian Church Aid e Editora Global

Índice

Histórico 6
Sociedade civil 10
Entrevista: Domingos Armani 14
Cultura 16
Juventude 20
Linha do Tempo 24
Educação
- Jovens e Adultos 28
- Ação na Escola 32
- Observatório 36
- Ação na Justiça 38
- Diversidade 40

Desenvolvimento institucional 42
Cooperação internacional 44
Fóruns e Redes 46
Sede 48
Entrevista: Maria Malta 52

UMA JOVEM ATIVISTA POR DIREITOS

A Ação Educativa está oficialmente completando 15 anos, mas sua história remonta a 1974, ano de fundação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), organização que atuava junto a movimentos populares e pastorais. Ao longo da década de 80, articulou-se no Cedi uma equipe de educação, a partir do projeto de alfabetização desenvolvido junto ao sindicato de seringueiros liderado por Chico Mendes, acreano que se tornaria ícone das lutas por justiça social e ambiental no mundo. À época, membros dessa equipe – muitos deles ligados à Ação Educativa até hoje – perceberam que havia um número crescente de instituições trabalhando pela alfabetização de adultos, mas não existiam organizações concentradas no tema da educação escolar, participando dos processos de reflexão, formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas setoriais.

"Éramos herdeiros do Programa de Educação Popular do Cedi, e com os companheiros daquele momento vínhamos de uma trajetória comprometida com a democratização, com contato estreito com os grupos populares, buscando fortalecer a luta por um Estado de direito no país", conta Marilia Pontes Sposito, que presidiu a Ação Educativa de 1994 a 2004 e hoje é professora titular da Faculdade de Educação da USP.

Simultaneamente, começava a despontar na cena política o tema da juventude, porém também sem instituições que produzissem conhecimento sobre o tema e contribuíssem para a organização e visibilidade dos grupos e demandas juvenis. "Vivíamos a época dos caras-pintadas e percebemos que os jovens vinham protagonizando de forma intensa não apenas movimentos, mas também problemas sociais, sendo muitas vezes identificados equivocadamente como causadores destes problemas, como a violência urbana", expõe Vera Masagão Ribeiro, coordenadora da Ação Educativa.

Foi a partir desse diagnóstico que, em 1994, alguns dos membros do Cedi decidiram criar uma organização que buscasse suprir essas lacunas e tivesse a missão de promover os direitos educativos e da juventude, sob a perspectiva da justiça social, da democracia e do desenvolvimento sustentável. Nascia a Ação Educativa, hoje uma das mais relevantes organizações não-governamentais do cenário político brasileiro.

Quando iniciou suas atividades, portanto, a Ação Educativa já havia experimentado um longo período de incubação, o que contribuiu para que, no momento de sua criação formal, a organização já possuísse valores e elementos institucionais que permaneceram presentes nestes 15 anos. Os laços de confiança entre muitos dos associados e diretores, fundamentais para o fortalecimento da instituição, foram construídos durante as décadas de 1970 e 80, período ainda marcado pela resistência à ditadura militar. "Vínhamos de uma tradição de defesa das liberdades políticas e da importância do Estado na execução das políticas públicas, sobretudo as educacionais", lembra Marilia.

Desde então, a organização busca aliar o trabalho de pesquisa e produção de conhecimento à incidência em políticas públicas e ao incentivo à participação dos diferentes sujeitos dos campos da educação, da juventude e, mais recentemente, da cultura. "Este conjunto de estratégias complementares foi, aos poucos, constituindo a identidade da Ação Educativa como uma organização que luta por direitos, que está aberta a novos sujeitos e atores da cena pública e, especialmente, que está disposta a transformar e ser transformada em busca de uma sintonia com as demandas sociais e dos grupos com quem dialoga", conta Vera. "No recente processo de avaliação pelo qual passamos, estas características foram ressaltadas como integrantes do que seria o nosso 'DNA', uma espécie de método que desenvolvemos no surgimento da organização e que permanece ativo até hoje", expõe a coordenadora da Ação Educativa.

Marilia Sposito, ex-presidente da Ação Educativa; na página ao lado, escadarias do prédio onde funcionava o Cedi e a primeira sede da Ação Educativa

Quando iniciou suas atividades, a Ação Educativa já havia experimentado um longo período de incubação no Cedi

Continuidade e consolidação

A história da Ação Educativa após sua fundação em 1994 pode ser dividida genericamente em três fases. O primeiro período

Vera Masagão, coordenadora da Ação Educativa

transcorreu até 1999, marcado pela continuidade e consolidação do trabalho original feito no Cedi e pelo investimento no desenvolvimento institucional e estruturação da organização. "Tratava-se, sobretudo, de preservar a identidade conquistada arduamente por meio de um esforço coletivo que já durava 20 anos", conta Marilia.

O debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996, desafiou a Ação Educativa a um trabalho de articulação política maior, que fortaleceu suas capacidades para gerar ações de incidência no plano institucional e na sociedade civil. Nesse período, a organização cresceu em volume de funcionários – de dezenove no início para cinquenta em 1999 – em paralelo a um aumento de esforços pela sustentabilidade financeira da organização (ver pág. 42).

Neste contexto, foi fundamental a atuação junto a outras organizações que lutam por direitos e as que atuam no campo da educação. "É também no início dessa década que ocorre a fundação da Associação Brasileira de ONGs (Abong)", lembra o coordenador da Ação Educativa, Sérgio Haddad, "um espaço de troca política e atuação conjunta fundamental para organizações que buscavam seu espaço na cena política", conta.

Foi também na última metade da década de 1990 que a organização incorporou em definitivo a perspectiva da defesa dos direitos humanos como referencial conceitual para as suas áreas temáticas e setores internos, permitindo e impulsionando uma maior integração com outras organizações que lutam por direitos, na perspectiva de sua indivisibilidade e do fortalecimento da atuação conjunta. Não por acaso, o momento coincide com a criação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que integra as campanhas latino-americana e global pela educação.

Trajetória autônoma

A segunda fase da história da organização tem seu início marcado simbolicamente pela inauguração da sede própria, em 2000, e se estende até 2006. A mudança das salas do Colégio Sion – localizado no bairro paulistano de Higienópolis – para o prédio localizado na Região Central da cidade, que atualmente abriga a Ação Educativa (ver pág. 48), foi um ponto de inflexão decisivo na história da instituição. A nova sede significou, de certa forma, a possibilidade de construção de uma trajetória autônoma, especialmente do ponto de vista institucional.

Nesse período, o compartilhamento da sede com a Abong e com o escritório nacional do Fórum Social Mundial ajudou a aprofundar a dimensão política da organização, contribuindo para situá-la de forma explícita em um campo ético-político na sociedade civil. "Dividimos o espaço de trabalho com entidades com as quais compartilhamos princípios e estratégias. São parceiros, e o ambiente coletivo facilita o diálogo e a interação entre essas instituições", diz Sérgio. "A nossa sede é um fator definitivo na agregação de novos sujeitos e temas políticos na vida da entidade", completa Vera.

A partir de 2003, com a Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação sob os cuidados de Sérgio Haddad, a perspectiva de direitos e, em especial, a incorporação da educação como um direito humano se aprofundou dentro da organização. É nesse momento que a Ação Educativa consolida publicamente um trabalho que desenvolvia desde a sua origem com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e expande as ações voltadas à juventude. "Havia uma ousadia presente, pois era necessário transformar nossas práticas e formas de ação tendo em vista as novas demandas e exigências sociais e políticas do país. Tornava-se desafiador abrir novos campos de interlocução", lembra Marilia.

No plano da gestão institucional, o período foi marcado pela percepção da necessidade de diversificar as fontes de recursos e parceiros, assim como pela estruturação do setor de comunicação, fundamental para dar transparência e publicidade às iniciativas e posições políticas da instituição.

Em 2003, o início do governo Lula foi também um marco conjuntural do período, trazendo novas questões para o campo da esquerda, demandando a reflexão e a revisão de paradigmas dos atores da sociedade civil orientados pelas perspectivas de direitos. "Não foi uma tarefa fácil nos posicionarmos politicamente naquele momento. Sindicatos e movimentos sociais que se aliaram na reconstrução democrática, ao eleger um candidato que representava suas aspirações, viram-se desafiados a se recolocar em relação ao Estado e às políticas públicas. Era uma conjuntura mais complexa, que gerou posicionamentos diversos entre antigos aliados. Muitas vezes, criaram-se situações delicadas entre a Ação Educativa e representantes dos poderes públicos ou parceiros tradicionais, como os sindicatos, mas acho que soubemos navegar bem, reforçando nosso compromisso com as políticas públicas sem perder a autonomia necessária", afirma Vera.

Novos desafios

Dois dos marcos simbólicos do início do atual período são a constituição da área de cultura e a consolidação da luta contra as desigualdades (especialmente de renda, raça e gênero) como eixo estruturante do trabalho da organização.

Segundo a coordenadora da Ação Educativa, os sujeitos da cultura trouxeram para o dia-a-dia da organização uma série de novas questões e um dinamismo que provocaram as áreas já consolidadas da instituição – de educação e juventude. "Os grupos culturais que atuam na cena periférica trouxeram novas práticas, saberes e formas de fazer política, demandando uma reflexão e uma ação especiais. Isso mudou o nosso jeito de olhar para o que estamos fazendo", afirma Vera.

É também neste mesmo período que os valores da democracia participativa, das diversidades e da justiça ambiental passam a fazer parte da Ação Educativa de forma estrutural, demarcando um novo momento e o horizonte para os próximos anos. Uma das tendências deste novo horizonte é a de uma interação cada vez maior entre as áreas de educação, cultura e juventude. "Precisamos promover um maior diálogo interno entre as três áreas temáticas e delas com os setores que nos ajudam a manter a sustentabilidade político-financeira de toda organização, como a comunicação, o setor de tecnologia e o administrativo-financeiro. Os desafios são grandes, mas construímos valores e práticas que vão nos ajudar a superá-los", diz a coordenadora da Ação Educativa. "Já estamos inclusive implementando novas estratégias e estruturas institucionais que estão presentes no plano da Ação Educativa para o próximo triênio", conta. Entre as novas estratégias, descreve Vera, estão as que buscam construir formas de organização e estruturas de gestão que democratizem ainda mais os processos internos.

Marcado pela instabilidade das condições de sustentabilidade financeira (ver pág. 44) e pelo desafio de renovação de paradigmas, horizontes e formas de organização e atuação, o atual momento da Ação Educativa aponta para um novo ciclo. Disposta a encarar as incertezas e atenta aos desafios que se impõem, a organização mira os próximos anos com planos que buscam aliar seus valores fundamentais à luta por um Brasil que garanta os direitos culturais, educativos e da juventude, e onde ativistas, jovens, artistas e educadores tenham condições de elaborar e realizar de forma coletiva seus projetos de vida e sociedade.

Fachada do prédio onde funcionava a Ação Educativa até o ano 2000

AS ONGs NO SÉCULO XXI

Presentes no cenário nacional desde a década de 1960, organizações que lutam por direitos têm hoje a difícil tarefa de construir um Estado forte e democrático; crescimento e complexidade do campo são desafios a serem enfrentados

As organizações não-governamentais atuam no Brasil desde a década de 1960, mas foi nas décadas de 70, 80 e 90, com o fortalecimento e o crescimento vertiginoso do número de organizações, que as ONGs passaram a fazer parte do cenário político nacional e internacional.

Entre as características principais da primeira geração de ONGs brasileiras – que nasceram da resistência ao regime militar, sob influência das ideias da Teologia da Libertação e das práticas de educação popular inspiradas por Paulo Freire – estava seu vínculo orgânico com os movimentos populares e com as pastorais das igrejas cristãs. Neste período, as ONGs assumiam um papel subsidiário, a serviço do fortalecimento destes movimentos, em tese os protagonistas das mudanças sociais.

No início dos anos 1990, década de fundação da Ação Educativa, da Associação Brasileira de ONGs (Abong) e também da realização da Eco 92* – certamente um marco histórico de visibilidade da participação das organizações não-governamentais na cena política no país e no mundo –, houve uma inflexão: além de prestar serviços aos movimentos, essas entidades passaram a afirmar também sua autonomia e legitimidade enquanto partícipes dos processos políticos. Neste novo cenário, ampliou-se o papel das organizações, que passaram a pautar temas novos ou novas dimensões dos conflitos socais, como as relações de gênero e raça, a questão das minorias, das discriminações e das diversas formas de desigualdades. Consolidou-se também a vinculação teórica e política dessas instituições à perspectiva dos direitos humanos, à busca pela radicalização da democracia e à proposição de novos modelos de desenvolvimento, com prioridade ao interesse público frente aos interesses privados.

"Essa mudança de perspectiva tem como pressuposto a ideia de que os protagonistas das transformações são também as organizações não-governamentais, não necessariamente por sua representatividade, mas por sua legitimidade. É evidente que as alianças com os movimentos e suas bases são fundamentais, pois sem elas é impensável realizar mudanças estruturais, mas há um papel – e hoje podemos dizer que é insubstituível – das ONGs que lutam pela garantia estrutural de direitos", afirma Taciana Gouveia, da ONG feminista SOS Corpo e integrante da diretoria da Abong.

A visão do lugar das ONGs na cena política expressa por Taciana traduz uma concepção do papel dessas organizações na sociedade. Ela cria uma espécie de identidade própria para um campo de organizações reunido por princípios e práticas semelhantes.

Os elementos que hoje compõem esta identidade foram sendo construídos e consolidados ao longo das últimas décadas. Um deles é o desenvolvimento de ações de incidência política sobre a opinião pública e sobre os gestores públicos. Outro é o fortalecimento da atuação no campo das diversidades não derivadas somente do perfil sócio-econômico, com a valorização das temáticas étnico-racial, de gênero, cultural e sexual, entre outras. Uma outra marca é o investimento em processos de participação institucional, na elaboração de políticas públicas e no controle social da gestão pública, ou seja, "na democratização da democracia". Orientou-se, ainda, a atividade destas organizações para o desenvolvimento e experimentação de novas abordagens e metodologias. Por fim, houve uma maior articulação das lutas locais e nacionais com as questões internacionais, das quais o Fórum Social Mundial é a maior expressão.

Crescimento exponencial

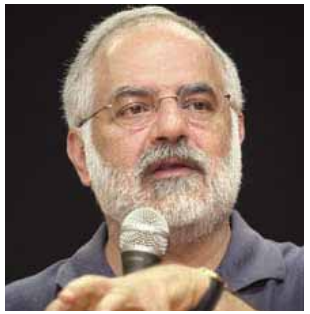
Na década de 1990, as organizações não-governamentais foram sinônimo de credibilidade e legitimidade junto à sociedade brasileira. Falar em ONGs significava falar de grupos de pessoas abnegadas que lutavam por causas justas e que mereciam o apoio de todos. Contudo, já faz algum tempo que as coisas não são assim: as ONGs cresceram em número, em diversidade e em visibilidade, mas também tiveram sua aura positiva diluída, encontrando-se hoje em meio ao fogo cruzado de grandes disputas políticas. "A época da supervalorização das ONGs coincide com o fortalecimento do neoliberalismo, ou seja, o com o enfraquecimento do ideal do Estado de bem estar, que assume responsabilidade pelos direito sociais, a favor de um estado mínimo, que interfira o menos possível", explica Sérgio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa. "De acordo com esta visão, as políticas sociais poderiam ficar a cargo da ONGs, que as realizariam com menos custos, por exemplo".

Filantropia e ONGs empresariais

Além do campo das organizações que lutam pela garantia de direitos e por um modelo de desenvolvimento que supere a pobreza e as desigualdades brasileiras, Sérgio distingue outros dois perfis de organizações também conhecidas como "ONGs". O primeiro grupo pode ser caracterizado como o "campo filantrópico", formado por milhares de entidades que prestam serviços dos mais diversos. "É um campo diferente do nosso, que pretende fazer o que o Estado não faz". Segundo o coordenador da Ação Educativa, "a ideologia neoliberal favorece esse tipo de organização, que destaca seus resultados como caminho a ser seguido. A filantropia, porém, existe no Brasil há muito tempo, e é preciso reconhecer que sem ela a situação seria muito pior, mas também é evidente que elas nunca terão estrutura e escala para garantir direitos a todos e nem são suficientes para combater a pobreza e a desigualdade".

O segundo grupo de entidades que passou a interagir com as ONGs é ligado à chamada "responsabilidade social empresarial". "É um campo que cresceu muito em visibilidade nos últimos tempos, mas só uma minoria não se limita a uma lógica estrita de marketing e realmente contribui para uma mudança estrutural na sociedade", diz Sérgio. O crescimento destas organizações, afirma, acompanha o processo de democratização da sociedade brasileira e poderia ser identificado como uma resposta das grandes empresas a uma crescente exigência da sociedade em relação à justiça social e responsabilidade ambiental.

A Ação Educativa, assim como a Abong, tem lutado para combater a visão das ONGs como substitutas do Estado. O papel das or-



Sérgio Haddad, coordenador da Ação Educatica, e Taciana Gouveia, da SOS Corpo e da Abong

A Ação Educativa e as organizações que integram a Abong têm lutado para combater a visão das ONGs como substitutas do Estado

Ação Educativa esteve presente em todas as edições do Fórum Social Mundial. Na foto, marcha de abertura do FSM 2009, em Belém.

A evolução das conjunturas nacional e internacional impõe novos desafios e responsabilidades às organizações não-governamentais que lutam por direitos

ganizações não-governamentais é construir Estados fortes e democráticos. Nessa perspectiva, as ONGs filiadas à Abong lutam para que os governos consultem a sociedade e tenham capacidade técnica e financeira para implantar as políticas necessárias para garantir os direitos de todos, para combater as desigualdades e para fazer valer o interesse público frente os interesse privados.

A possibilidade de interpretações equivocadas sobre o perfil das organizações motiva Cândido Grzybowski, diretor geral do Ibase, a sugerir uma outra forma de nomear organizações que atuam na luta por direitos. "O nome 'ONG' se tornou tão genérico que atualmente comporta inclusive atividades ilícitas e interesses escusos. O nome surgiu para qualificar os atores não-governamentais que surgiram no campo político, mas hoje se aplica a qualquer entidade. Por isso defendo que ONGs como as que fazem parte da Abong construam uma nova identidade, algo como 'Organizações pela Cidadania'".

Sérgio adverte, contudo, que mesmo as organizações identificadas politicamente com a Ação Educativa ou a Abong não formam um bloco monolítico. "A sociedade realmente ficou mais complexa, os adversários políticos não são tão bem definidos, o que não permite dizer exatamente qual o perfil das organizações do nosso campo", pontua. Taciana, da Abong, aponta na mesma direção: "Há ONGs que são praticamente movimentos – como as ligadas à questão racial ou de gênero, que investem na educação popular e em mudanças culturais – e organizações cuja atuação é voltada à formulação de políticas públicas, que dialogam mais com as administrações públicas ou com as universidades. O que importa é que estamos no mesmo barco", diz.

Desafios e perspectivas

É fato que os novos campos de ação das ONGs abertos pelo processo de democratização política e pela evolução da conjuntura geral brasileira e internacional significaram novos papéis e responsabilidades, e colocaram novos desafios às organizações que lutam pela garantia de direitos, como a qualificação de seus quadros, o desenvolvimento de mecanismos de comunicação e o aperfeiçoamento de seus instrumentos de governança e gestão (ver págs. 42 e 43).

A experiência dos últimos sete anos de gestão do presidente Lula, por exemplo, apresentou às organizações questões concretas. Como aponta Taciana, a aliança histórica das ONGs que lutam por direitos com partidos, movimentos sociais e sindicatos ajudou a eleger o atual presidente, mas agora que ele está no governo essas relações ficaram mais difíceis. "Muitas vezes não soubemos fazer oposição explícita quando isso era necessário, apesar de termos sido, nesse período, um campo de resistência a algumas políticas federais", avalia.

Nova conjuntura

"Nosso desafio é pensar sobre o que significa ser ONG neste início de século. A dinâmica social atual demanda o quê de nós? Apostamos muito nos espaços de participação da sociedade na definição e controle das políticas públicas, mas o saldo das experiências dos conselhos e das conferências temáticas, por exemplo, é frustrante. Isso nos leva à necessidade de rever as nossas próprias hipóteses sobre a democratização do Estado", conclui a diretora da Abong.

"Temos que renovar nossa radicalidade, ver onde erramos. Talvez tenhamos pensando que a conquista da democracia fosse suficiente. A grande questão é estabelecer como podemos atuar de forma consistente no contexto atual" aponta Cândido, do Ibase. Por certo, há que se fortalecer a capacidade das organizações – entre elas Ação Educativa, é claro – de intervir das mais variadas formas no debate sobre as políticas públicas e contribuir para a mobilização social em torno da defesa, da garantia e da efetivação de direitos. Neste contexto, há que se manter o barco navegando, com os marinheiros sempre abertos a correções de rota. Afinal, como bem lembra Sérgio, "o mundo muda e as ONGs que não se reinventam, morrem".

* Eco-92 e Rio-92 são nomes pelos quais é conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro.

ENTREVISTA

Compromisso com a transformação

A história da Ação Educativa – assim como a de outras organizações com perfis semelhantes – é marcada pela relação com os movimentos populares e sociais. Nesta entrevista, ***João Paulo Rodrigues****, coordenador nacional do MST, expõe a visão de um dos principais movimentos sociais do país sobre a atuação das ONGs e as possibilidades de trabalho conjunto.*

Como o movimento popular e social enxerga as ONGs que atuam hoje no Brasil?

Vemos ONGs com três linhas diferentes de atuação. Um grupo é formado por entidades oportunistas que defendem os interesses da classe dominante, escondendo por trás de um discurso social a busca de apoio na sociedade para políticas que prejudicam os trabalhadores. O segundo grupo é formado por ONGs que são bem intencionadas, mas que não têm uma análise profunda do nosso país nem uma linha firme na defesa dos interesses dos mais pobres. Por fim, há organizações comprometidas com a luta dos movimentos sociais, com a defesa da reforma agrária, dos direitos humanos, da educação e saúde pública, gratuita e de qualidade.

No contexto atual, quais são os desafios das ONGs como a Ação Educativa?

O desafio é ter uma análise mais profunda da realidade brasileira e uma atuação mais ampla, porque sozinhas não vão conseguir cumprir nem mesmo os seus objetivos específicos. Por isso, precisam contribuir na construção de um projeto popular para o Brasil, participando de articulações com outros setores. É fundamental também fazer trabalhos de conscientização e organização da sociedade para fazer campanhas e lutas em torno de um programa que possa efetivamente resolver os problemas do nosso povo.

Qual a possibilidade de relação que existe hoje entre as ONGs e os movimentos sociais?

As possibilidades são amplas: enquanto os movimentos sociais e populares têm a característica de organizar o povo na luta por direitos, as ONGs têm a capacidade de articular setores médios, fazer estudos e propor políticas nessas áreas. Por isso, a atuação conjunta é importante porque une mobilização popular e o apoio de outros setores na defesa de políticas progressistas.

REFLETIR SOBRE O PASSADO PARA PLANEJAR O FUTURO

Ao completar 15 anos, a Ação Educativa solicitou a especialistas externos uma avaliação do trabalho da organização, abrangendo suas áreas de atuação – Educação, Cultura e Juventude –, assim como as questões ligadas ao seu desenvolvimento institucional. O objetivo foi identificar os impactos de sua atuação e subsidiar a elaboração do novo plano trienal (2010-2012) da instituição. A seguir, ***Domingos Armani****, consultor especializado no desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil e responsável pela avaliação, comenta algumas das principais questões abordadas no documento produzido por ele em conjunto com Carlos Jamil Cury, Eliane Ribeiro e José Guilherme Magnani.*

Como foi avaliar o trabalho desenvolvido nestes 15 anos da Ação Educativa?
Foi ao mesmo tempo desafiador e estimulante, por se tratar de uma organização grande, cujo trabalho é reconhecidamente qualificado, onde não seria fácil visualizar nós críticos e caminhos de aperfeiçoamento. O fato de a Ação Educativa ser uma ONG de referência, com uma trajetória em muitos pontos exemplar, tornou a tarefa especialmente difícil. Avaliar a Ação Educativa é, de certa forma, dimensionar os avanços e limites de seu campo ético-político.

Quais os resultados mais relevantes da avaliação?
Em linhas gerais, a avaliação revelou uma organização de trajetória coerente com seus princípios, em processo crescente de fortalecimento como ator social, capaz de gerar inovações, de incidir na sociedade e na política. Dentre as várias qualidades, destacaria três que me impressionaram bastante. A primeira delas é a capacidade da organização de articular de forma profícua os âmbitos local e nacional, contribuindo para a geração de referências pedagógicas inspiradoras de políticas públicas a partir de experiências escolares e comunitárias, e, ao mesmo tempo, contribuindo para a materialização de políticas nacionais no âmbito escolar. A Ação Educativa possui uma enorme capacidade de escuta em relação ao universo escolar e também uma capacidade de incidência em políticas públicas nacionais em um grau muito além do que se costuma ver neste campo de ONGs.

Outra qualidade é a articulação entre as dimensões acadêmica e de ação política, materializada em uma equipe de profissionais militantes de alta qualificação. A Ação Educativa conseguiu evitar a tentação – ou armadilha – colocada pelo avanço democrático no país de fazer política somente a partir de opiniões e críticas, sem fundamentar seus posicionamentos e argumentos. O trabalho de pesquisa e o rigor na produção de conhecimentos também possibilitaram à Ação Educativa ir além da crítica, produzindo propostas inovadoras com lastro técnico e político. O terceiro destaque é a cultura democrática interna, fazendo com que os posicionamentos, políticas e desafios institucionais sejam objetos de amplo debate e deliberação coletiva. Ainda há o que avançar na consolidação deste modelo, mas a organização consegue um ótimo equilíbrio dinâmico entre o ativismo das suas lideranças e a construção coletiva.

Como a Ação Educativa se insere neste campo das organizações não-governamentais? Qual foi a sua contribuição para a construção de uma identidade comum entre as organizações que compõe a Associação Brasileira de ONGs (Abong)?
A Ação Educativa tem sido muito importante no campo da Abong e nas articulações da sociedade civil em geral para afirmar a necessidade da existência de um campo ético-político de organizações autônomas em relação ao Estado e capazes tanto de propor políticas públicas, como de exercer controle social. Tudo isto com base em uma perspectiva de direitos. Por outro lado, a Ação tem sido capaz de estabelecer diálogos e parcerias produtivas para além de seu campo tradicional de relações onde muitas ONGs do campo Abong ainda patinam. Estas iniciativas abrem novas possibilidades e também desafiam a organização a avançar na atualização de seus fundamentos, de suas políticas e estratégias.

Qual o saldo desses 15 anos de trabalho? É possível, resumidamente, dizer quais foram as principais contribuições da organização para transformar a sociedade em que vivemos?
É difícil sintetizar as principais contribuições da Ação Educativa nestes 15 anos. Ousaria indicar duas delas: a primeira, é a capacidade de catalisar relações de confiança, iniciativas e espaços de diálogo e experimentação sócio-educativa, exercendo efetiva liderança no campo educativo, especialmente em São Paulo. Inúmeros processos e experiências que se tornaram relevantes para o campo social e para os gestores públicos têm passado pela Ação Educativa.

A segunda é a capacidade de incidir no debate sobre determinadas questões, a partir de um avançado trabalho na área de comunicação, fundamentado em um sólido processo de investigação e reflexão interno, que são diferenciais perante a maior parte das organizações sociais brasileiras.

Quais são a identidade e a imagem da Ação Educativa para o público externo?
A Ação Educativa é percebida por seus interlocutores – organizações da sociedade civil, universidades, órgãos de governo e mídia – como uma organização respeitada, valorizada pela qualidade de seu trabalho, pela sua coerência e capacidade de diálogo, levando todos a chamá-la quando querem tomar iniciativas estratégicas. Também mantém relações de parceria internacional de longa duração, o que demonstra seu valor e credibilidade como ator estratégico da sociedade civil brasileira.

Seminários de avaliação contaram com a participação da equipe da Ação Educativa

Quais são os maiores desafios da organização nos próximos anos? É possível visualizar desafios comuns para os três campos de atuação da organização?
Talvez, acima dos três campos de atuação da organização, o desafio estratégico esteja justamente em superar o caráter ainda um pouco estanque dos mesmos, fomentando mais e mais articulação e interação, tornando os limites entre as áreas cada vez mais tênues. Ainda destacaria a valorização da comunicação como um quarto elemento transversal aos demais, tanto como ferramenta pedagógica emancipadora, quanto como estratégia de ação política.

E em relação ao desenvolvimento institucional, quais são as principais questões que precisam ser enfrentadas nos próximos anos?
No seu desenvolvimento institucional, a Ação Educativa necessita avançar nas estratégias de mobilização de recursos, visando se preparar melhor frente ao recuo da cooperação internacional, que foi sua base de sustentação no início, apoiar ainda mais a projeção de suas novas lideranças e pensar em como avançar na institucionalização do modelo democrático de gestão que já está em desenvolvimento. Neste último aspecto, a experiência da organização pode vir a ser referência para outras entidades, evidenciando as virtudes e desafios de um modelo de gestão baseado em instâncias colegiadas múltiplas.

ARTE, CULTURA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Com um olho na periferia e outro no centro, o apoio a artistas e grupos fez do Espaço de Cultura e Mobilização Social um dos focos de atuação da Ação Educativa, que busca cada vez mais incidir nas políticas públicas culturais

Em uma sociedade de consumo, a cultura é tratada prioritariamente como um produto. Mas nem tudo no universo artístico é feito para o mercado: não são poucas as comunidades que possuem grupos e artistas cujas práticas culturais acontecem fora do circuito comercial. São atividades marcadas pela diversidade, tanto com relação à forma como se manifestam, quanto ao contexto onde estão inseridas. Entre elas, pode-se definir, mesmo que de forma imprecisa, um tipo de produção cultural de caráter local, chamada "cultura de periferia".

Hip hop, grafite, samba de comunidade e literatura periférica são algumas dessas formas de expressão. São diferentes atividades, mas com um elemento em comum: seus produtores têm grandes dificuldades para encontrar espaços para a divulgação de seus trabalhos. Por falta de interesse da indústria do entretenimento ou pelo caráter contestador de alguns desses movimentos, tais grupos, em maior ou menor grau, acabam marginalizados.

Desde a sua fundação, há 15 anos, a Ação Educativa mantém um olhar atento a essa questão, por meio das ações ligadas à área de Juventude, apostando na centralidade das atividades culturais como potenciais motivadores da ação política. Foi a partir da demanda por espaços centrais de socialização de manifestações culturais que a área de cultura começou a tomar forma: "Nascemos da costela do Programa de Juventude" (ver pág. 20), conta Eleilson Leite, coordenador do Espaço de Cultura e Mobilização Social, que se tornou um programa da Ação Educativa em 2000, em parte pela compra da sede, mas também em função das relações já estabelecidas entre a área de Juventude e grupos da periferia, principalmente os de hip hop. Inicialmente chamado de Centro de Juventude e Educação Continuada, o espaço era voltado à qualificação de professores de educação de jovens e adultos e ao apoio a grupos de jovens. Nesses nove anos, o espaço revelou seu caráter público e político, servindo como ponto de encontro para movimentos sociais, local de reuniões para organizações que lutam por direitos e para a realização de atividades culturais.

Polo cultural

A atuação no campo da cultura tomou corpo ao longo destes anos e consolidou-se como a terceira área de atuação da Ação Educativa em 2007, a partir da noção da cultura como direito e ação social. "O apoio a estes grupos culturais da periferia nada mais é do que o apoio ao exercício do direito à cultura e o incentivo para que esses grupos entendam a importância da afirmação da cultura de periferia como parte constituinte desse direito", afirma Eleilson.

O coordenador da área lembra que até 2004, o olhar da Ação Educativa estava voltado para a Região Central da capital paulista em função da afirmação do espaço da sede como ambiente de apoio aos grupos de jovens e promoção da educação e da cultura. À época, questionava-se a capacidade de a organização se diferenciar em meio a polos culturais consolidados como o Sesc Consolação e o Centro Maria Antônia da USP, e, por isso, a Ação Educativa buscou preparar a sua sede para receber os eventos e atividades de grupos, organizações e redes (ver pág. 48).

No início das atividades do Centro, o espaço foi utilizado com dois focos distintos. De um lado, recebia grupos ligados à periferia e ao movimento hip hop. De outro, abrigava eventos de áreas culturais não diretamente ligadas à periferia, como os grupos de teatro, dança e artes plásticas. Estes grupos, embora o foco atual da organização seja o apoio à cultura de periferia, seguem ocupando o espaço até hoje.

Um marco na construção do trabalho da Ação Educativa com a cultura de periferia foi a

Ocupação da sede da organização pelo movimento hip hop é um das marcas da área de cultura

Intervenção política e cultural

"A Ação Educativa inspira o trabalho de outras organizações, quando nos mostra que é possível afirmar ao mesmo tempo a cultura como direito e a periferia como centro. Sempre enxerguei muitas interfaces entre o trabalho que fazemos lá no Recife e o trabalho de cultura que a Ação desenvolve com artistas da periferia de São Paulo. Um aspecto que sempre nos chamou a atenção é a sua sede, este espaço que a juventude, em especial os artistas da periferia, pode ocupar para se fortalecer e intervir na cultura e na política."

Fátima Pontes
coordenadora da Escola Pernambucana de Circo

A cada ano, o saguão de entrada da sede da Ação Educativa recebe um novo painel de grafite. Desde a mudança para a nova sede, já foram seis painéis diferentes.

Cultura de periferia

A Ação Educativa buscou e encontrou um ângulo diferenciado em suas ações na área da cultura de forma a admitir intervenções amplas e diversificadas. O recorte encontrado para a área da cultura – qual seja, a cultura de periferia – constitui o diferencial em comparação com a atuação de outras instituições. Hip hop, grafite, rodas de samba, literatura, entre outras manifestações constituem hoje, no panorama cultural da cidade de São Paulo, um campo novo e promissor para experimentos: nele, a Ação Educativa se faz presente.

José Guilherme Magnani
antropólogo e professor da USP, fez parte do corpo de avaliadores dos 15 anos da Ação Educativa

Semana de Cultura Hip Hop, cuja primeira edição foi realizada em 2001 (em 2009 realizou-se a 9ª edição da *Semana*). O evento ajudou a consolidar o hip hop como campo de atuação da organização e abriu caminho para as demais expressões culturais periféricas.

O grafite foi ganhando espaço (com a realização de atividades como o Dia do Grafite), assim como o Samba de Comunidade. A partir de 2006, artistas passaram a se apresentar em rodas de samba mensais na sede da Ação Educativa. Outros grupos que circulavam pela sede foram se aproximando, na medida em que reconheciam na organização um espaço onde poderiam realizar suas atividades.

Seguindo a mesma lógica, alguns autores de literatura periférica buscaram na Ação Educativa o apoio necessário para publicarem seus livros. Um dos primeiros foi Alessandro Buzo. "Um dia fui conhecer a Ação e a aproximação foi natural, logo já estava lançando meus livros no espaço", conta Buzo. "Ao abrir o espaço para eventos, as pessoas naturalmente foram enxergando que havia possibilidade de uso", afirma Adriano José, assessor da área de Cultura da Ação Educativa.

A partir do tripé experimentação, produção de conhecimento e incidência em políticas públicas, a área de Cultura foi se fortalecendo. Em 2005, foi promovido um debate sobre o tema com José Guilherme Magnani, professor de Antropologia Urbana da USP. Com sua colaboração, buscou-se uma melhor definição sobre o significado de cultura de periferia e, após um ano de discussões, foi criado oficialmente o Programa de Cultura, em 2007.

Projetos e estratégias

Com cinco áreas de trabalho – hip hop, grafite, literatura periférica, samba e audiovisual – o programa buscou novas estratégias de atuação. A Agenda Cultural da Periferia, por exemplo, é distribuída gratuitamente desde maio de 2007 em mais de setenta pontos. São 10 mil exemplares a cada edição e, há algum tempo, é também um dos endereços mais acessados do site da Ação Educativa. O guia acabou por criar uma rede entre os grupos participantes. "Dar visibilidade aos artistas é o principal objetivo da agenda. A cultura de periferia existe e tem sua força e sua relevância no bairro a que o evento pertence. Mas com a divulgação, os grupos começaram a se conhecer, fazer contatos, trocas e até mesmo eventos juntos. Além disso, passaram a se estruturar para fazer a divulgação, produzindo *releases* e fotos de suas atividades", conta Elizandra Souza, redatora da publicação. A Agenda passou a ser utilizada também como portifólio para muitos grupos participarem de editais de financiamento, público ou privado.

Recentemente, a Ação Educativa passou a coordenar o projeto Arte na Casa, que promove atividades na Fundação Casa, antiga Febem, articulando a cultura de periferia com a educação para jovens que cumprem medidas sócio-educativas. "Não pensamos em salvar ninguém: o que fazemos é incentivar que o jovem se reconheça no movimento cultural de periferia", afirma Eleilson. Atualmente, os arte-educadores selecionados e coordenados pela Ação Educativa atuam em treze unidades da Fundação atendendo a cerca de 1,2 mil jovens. Artistas como Mano Brown e Edy Rock (Racionais MCs), Fernandinho Beat Box, Sérgio Vaz (Cooperifa), o *rapper* espanhol El Chojin e outros artistas internacionais já participaram do projeto.

Uma outra estratégia da área de Cultura surgiu do diálogo com a área de Juventude, para atender a demandas relacionadas à questão do trabalho, da formação e da qualificação dos grupos juvenis e culturais que frequentavam a sede da Ação Educativa. Esse é o caso do Centro de Mídia Juvenil, criado para contribuir na formação dos jovens para a produção audiovisual. No local, estão disponíveis computadores, equipamentos de filmagem e ilhas de edição, por meio dos quais diversos projetos têm sido desenvolvidos e apoiados.

O Espaço de Cultura e Mobilização Social acabou se configurando naturalmente como um ambiente híbrido dentro da organização, fruto da interlocução entre as áreas de Cultura e Juventude. Hoje, ele compõe um projeto próprio dentro da Ação Educativa, construído ao longo dos anos, como continuidade das relações que já existiam na organização e também como uma resposta às demandas dos grupos com os quais a instituição se relaciona. Para Adriana Barbosa, organizadora da *Feira Preta*, que conta com o apoio da Ação Educativa desde a segunda edição, em 2002, "a Ação é uma facilitadora que consegue sistematizar as ações que vêm da periferia, o que ajuda no acesso dos grupos ao poder público". Adriana, que foi estagiária da Ação Educativa na época da implementação da Agenda da Periferia, afirma que "o espaço de cultura cria um ambiente favorável, que proporciona a fruição de informação e a circulação desses bens culturais".

Políticas públicas

Segundo Eleilson, "o desafio agora é ter maior incidência nas políticas públicas". Para tanto, pretende-se ampliar o debate sobre a cultura de periferia e a cultura como direito para definir com mais precisão a noção de cultura com a qual a Ação Educativa trabalha, assim como os critérios pelos quais os parceiros são escolhidos. No Arte na Casa, por exemplo, estuda-se uma ampliação do trabalho para as questões de gênero e sexualidade, atendendo às novas demandas que surgiram no último período.

Independentemente dos passos a serem trilhados no futuro – seja este futuro próximo ou distante – é possível afirmar, sem medo de errar, que nestes últimos 15 anos a Cultura consolidou-se como um foco imprescindível de trabalho da Ação Educativa.

Uma das iniciativas mais marcantes da Ação Educativa é a realização da Semana de Cultura Hip Hop, cuja primeira edição aconteceu em 2001

Articular educação e cultura de periferia é a missão do projeto Arte na Casa, realizado na Fundação Casa. As imagens acima foram tiradas com câmeras feitas de caixas de fósforos pelos próprios jovens.

A COMPLEXIDADE DA CONDIÇÃO JUVENIL

Reconhecendo a diversidade da juventude, suas diferentes demandas e formas de atuação, programa combina estratégias de apoio a grupos, produção de conhecimento e intervenção em políticas públicas

Até a década de 70, ser jovem era sinônimo de ser estudante, pertencer à classe média e estar eminentemente associado à condição de preparação para a vida adulta. Nos anos 90, ganhou força uma outra percepção que associava e atribuía aos jovens e à juventude aspectos problemáticos, como por exemplo, a violência ou a gravidez "precoce" ou "indesejada". Essas nuanças sobre os significados e sentidos da condição juvenil continuam presentes no imaginário social brasileiro, mas hoje, tem ganhado força a ideia de que a juventude envolve uma complexidade, marcada simultaneamente pela especificidade da condição juvenil e pela diversidade de situações, diferenças e desigualdades vivenciadas pelos jovens.

É nesse contexto que diversos grupos, organizações e movimentos – muitas vezes formados exclusivamente por jovens – têm se mobilizado para que moças e rapazes sejam reconhecidos como detentores de direitos, que demandam ações específicas do Estado.

"Desde sua fundação, a Ação Educativa se soma aos atores que buscam o reconhecimento social da especificidade das questões da juventude e da legitimidade dos atores juvenis, em toda a sua diversidade. A partir deste olhar – dos jovens como sujeitos de direitos – afirmamos que as políticas de juventude devem se orientar para o atendimento das necessidades e demandas juvenis, o que exige a ampla participação dos jovens e das organizações de juventude", resume Maria Virgínia Freitas, a Magi, coordenadora do programa Juventude da Ação Educativa. "Os jovens vivem uma condição complexa e específica, distinta da das crianças e distinta também da dos adultos, o que traz novas questões e novos atores para a agenda pública", explica.

Eliane Ribeiro, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, acredita que a organização vem cumprindo um papel importante na elaboração e disseminação da concepção dos jovens como sujeitos. A pesquisadora – responsável, entre os meses de novembro de 2008 e março de 2009, pela análise do programa de Juventude na avaliação dos 15 anos realizada pela organização (ver pág. 14) –, considera que o percurso da Ação Educativa segue ao lado da emergência do campo da juventude no Brasil. "A Ação aposta na construção de uma plataforma de direitos e de políticas de juventude a partir da concepção de que os jovens possuem identidades próprias e capacidade de participar direta e autonomamente na formulação de políticas", afirma Eliane.

Desigualdades

Se a complexidade da condição juvenil fosse traduzida em números, esses poderiam ser resumidos em estatísticas nada animadoras. No Brasil, os pouco mais de 50,5 milhões de jovens de 15 a 29 anos representam 27% da população (Pnad 2006). São na maioria negros (52%) de famílias de baixa renda. Ou seja, é a população jovem que vivencia intensamente as desigualdades da realidade nacional.

Produção de conhecimento

"A Ação Educativa tem uma importância estratégica enquanto espaço de produção de experiências e de conhecimento, colocando-se como referência de ação no campo das ONGs. De alguns anos para cá, é visível a consolidação da organização e de suas iniciativas nos temas em que atua. Especificamente no campo da juventude, a Ação foi fundamental para pautar as discussões que resultaram nas primeiras diretrizes de uma política pública nacional."

Juarez Dayrell
professor da UFMG e coordenador do Observatório da Juventude

Jovem participante de projeto de formação em audiovisual

Embora os jovens sejam os que mais se beneficiam da recente expansão do acesso à escola pública (98,8% já frequentaram escola), ainda são significativas as porcentagens dos que interrompem os estudos antes da conclusão da escolarização básica (45,2% na faixa dos 22 aos 24 anos, sendo que 25,8% nem sequer concluiu o Ensino Fundamental). Ainda existe um grande número de jovens que nunca frequentaram a escola (1,2%). "Ao mesmo tempo, os jovens são os mais atingidos pelo desemprego e os que mais enfrentam condições precárias de trabalho. Essas desigualdades se potencializam a depender de variados fatores, entre os quais se destacam a raça/etnia e o gênero, de tal forma que os rapazes negros são os que apresentam menor escolaridade e as jovens negras as que menos têm acesso ao trabalho decente", exemplifica Raquel Souza, assessora do programa Juventude.

Ao cenário em relação à educação e ao trabalho somam-se as altas taxas de homicídio – a principal causa de morte nessa faixa etária – em especial, entre os rapazes negros. A situação é tão grave, que diversos atores se referem a um extermínio da juventude, em especial a um extermínio da juventude negra. Não por acaso, pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Pólis e o Ibase aponta que a violência é o principal problema citado pelos jovens.

Demandas específicas

Buscando reverter tais números e reforçar a ideia de que são sujeitos de direitos, jovens têm se mobilizado em diferentes frentes e espaços como, por exemplo, nas áreas da cultura e comunicação, da saúde, do meio ambiente e nos movimentos de natureza identitária (de gênero, de raça, de orientação sexual, de deficiência). Essas mobilizações vêm conformando um importante

Diálogo e participação

"Meu primeiro contato com a Ação Educativa foi em 2006, quando fui participar do Forito - Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens e Política. Acho que a organização tem um diálogo muito aberto com as mulheres jovens e está sempre disposta a colaborar de alguma forma. Não só eu como mulher Jovem Feminista cresci nesse espaço,mas também outras jovens que por meio das atividades da Ação estão construindo seus trabalhos e objetivos."

Roseane Ribeiro
jovem feminista, integrante do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens e Política

Construção de políticas públicas

Nos últimos anos, o tema da juventude vem ganhando maior visibilidade na agenda pública. A afirmação de uma concepção de direitos ganha força como diretriz para políticas públicas, ao mesmo tempo em que cresce o grau de institucionalidade do campo.

O processo da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (2007-2008), coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) mobilizou 400 mil pessoas. O Pacto Pela Juventude proposto pelo Conjuve deu origem a eventos públicos e fomentou a criação de coordenadorias, assessorias, secretarias de juventude, conselhos municipais e estaduais, frentes parlamentares e comissões de juventude no âmbito do legislativo.

Contudo, apesar dessas institucionalidades, os programas e projetos voltados aos jovens não conformam uma política de juventude. "A criação de órgãos oficiais ainda não é sinônimo de existência de projetos consistentes, que promovam os direitos da juventude", afirma Magi, que integra o Conjuve e foi vice-presidente do órgão entre fevereiro de 2008 e março de 2009. O grande desafio, diz, "é construir uma política nacional abrangendo as diferentes esferas de poder com a participação efetiva da sociedade civil, com destaque para as organizações juvenis".

campo de luta pela efetivação de políticas sociais, promotoras de justiça e equidade.

Renato Souza de Almeida, do Instituto Paulista de Juventude ressalta, no trabalho da Ação Educativa, o diálogo entre a construção do campo e a luta por políticas em parceria com os grupos juvenis. "No cenário brasileiro, a Ação Educativa assume, por conta de seu histórico, papel importante na elaboração e acompanhamento das políticas públicas destinadas aos jovens. E também representa um apoio importante para diferentes movimentos e organizações juvenis, sobretudo em São Paulo", pontua o parceiro da Ação Educativa. José Alves, participante do projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação – Jade, explica que, na Ação Educativa, desenvolveu um olhar crítico. "Foi aqui que passei a questionar conceitos como 'protagonismo juvenil'. A Ação Educativa ouve a juventude sem reproduzir os discursos que estão postos sobre ela. Ajuda na compreensão da própria juventude sobre ela mesma", diz.

Observando de modo privilegiado a construção deste campo, a Ação Educativa trabalha para qualificar esta concepção. "Educação, trabalho e cultura constituem-se em dimensões centrais da vida juvenil e estratégicas para seu processo de inserção social. São questões que sempre aparecem como fundamentais para os jovens, ora como temas que mais preocupam, ora como temas que mais interessam", aponta Magi.

No campo da cultura, há uma multiplicidade de atores que têm trazido demandas específicas. Um sinal da força deste tema para os jovens é o fato de ter sido o único a ter três propostas aprovadas como prioridades na Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008. No campo da educação, o ensino superior é o nível de ensino que mais tradicionalmente tem mobilizado o movimento estudantil. Mas em relação ao ensino médio e à educação profissional e tecnológica não se identificam atores juvenis mobilizados e envolvidos na construção de demandas ou propostas. No campo do trabalho, a luta para além das pautas sindicais gerais está no começo.

Estes três aspectos da condição juvenil são aqueles que a Ação Educativa escolheu para centrar fogo no próximo período. Combinando pesquisa, disseminação de informações, diálogo com grupos juvenis e o apoio a suas intervenções políticas, a intenção da organização é contribuir para o avanço das lutas juvenis nestes campos nos próximos anos.

Cultura, produção e reflexão

O Centro de Mídia Juvenil (CMJ), desenvolvido em parceria com a área de cultura no Espaço de Cultura e Mobilização Social (ver pág. 48), além de apoiar grupos juvenis e abrigar suas iniciativas, contribui para a circulação de pessoas e ideias. Hoje, o CMJ dispõe de salas para reuniões, ilhas de edição, videoteca, computadores com acesso a internet e impressoras, além de equipamentos de audiovisual. O espaço tem importância estratégica para a Ação Educativa.

"O contato com os grupos informais faz com que possamos compreender a realidade em que os jovens atuam", conta Luiz Antonio Barata, coordenador do CMJ. "A circulação desses jovens no espaço da Ação Educativa ajuda a identificar demandas de políticas públicas, além de permitir a articulação entre os grupos", aponta. O contato permanente com os jovens, segundo ele, ajuda a organização a acompanhar as mudanças em seu universo.

O CMJ também contribui na reflexão sobre a produção dos jovens. "Quando eles produzem um vídeo, por exemplo, precisam pensar onde a produção será distribuída, onde será exibida e quais as formas possíveis de circulação deste material", exemplifica Luiz. O coordenador do Centro conta que o principal desafio para os próximos anos é fazer com que as produções tenham mais visibilidade, sendo utilizadas em outros contextos que não apenas nos projetos daquele determinado grupo.

Dilemas do Ensino Médio

O Ensino Médio é outro campo de atuação da organização. Para Ana Paula de Oliveira Corti, assessora do programa de Juventude, "os últimos 15 anos trouxeram avanços importantes no acesso dos jovens à escola média, embora ele ainda esteja distante da universalização. No entanto, a expansão das matrículas acirrou os dilemas históricos de uma etapa de ensino que ainda não definiu sua identidade".

Cada vez mais se admite que o Ensino Médio deve preparar os jovens para os desafios da inserção no mundo do trabalho, mas não se registra nenhum movimento de construção de alternativas. A Ação Educativa tem buscado contribuir nesse debate, fomentando diálogos, iniciativas, articulações e realizando pesquisas que possam trazer pistas sobre o ensino médio almejado pelos jovens, professores e escolas - trazendo suas vozes à tona e buscando sua aproximação com a formulação das políticas educacionais.

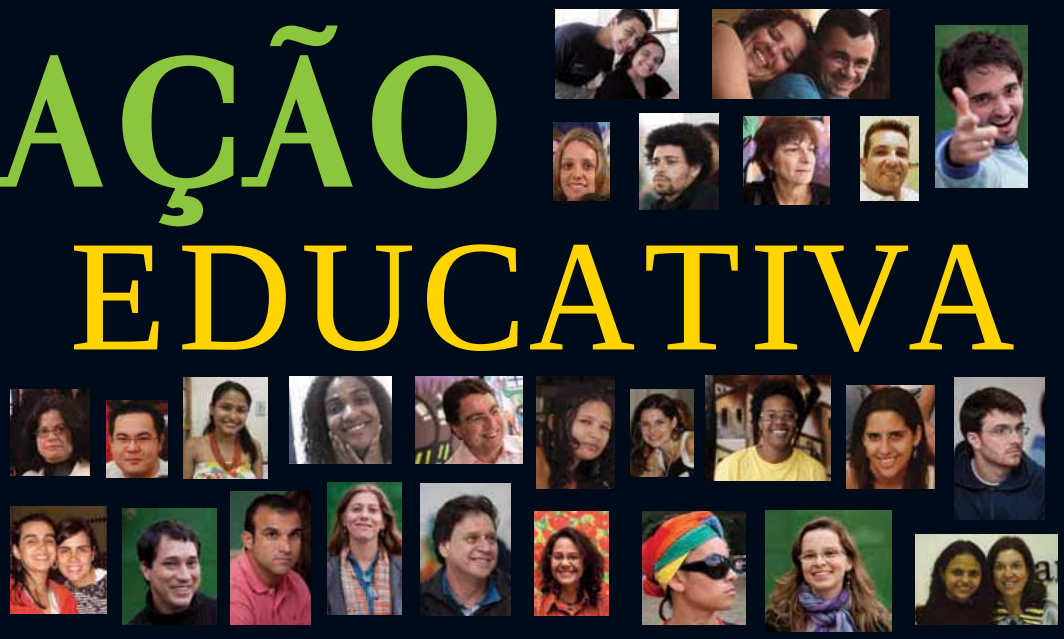
Segundo Ana Paula, "somente o diálogo entre todos os segmentos envolvidos com essa fase da educação, principalmente o jovem, permitirá garantir um Ensino Médio público de qualidade, com uma educação que amplie suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho".

Trabalho: uma questão chave

Enquanto mais de 40% dos jovens entre 16 e 17 anos trabalham ou buscam trabalho, o Brasil ainda não possui uma Política Nacional de Trabalho para a Juventude. Além de receberem salários mais baixos, os jovens também estão mais sujeitos à precarização, ao trabalho informal e à desvalorização por questões de gênero e raça/etnia. De olho neste contexto, o programa Juventude estabeleceu o tema como uma de suas prioridades. "Em um cenário de crise e intensas transformações no mundo do trabalho estamos diante de uma geração que, a despeito de ser mais escolarizada que seus pais, está mais sujeita ao desemprego", afirma Maria Carla Corrochano, assessora do programa de juventude.

Nesse contexto, há ausência de políticas que pensem não apenas na formação de trabalhadores, mas também no seu ingresso, permanência e condições de trabalho. "As ações públicas governamentais e não governamentais têm o desafio de dar respostas à centralidade do trabalho na vida dos jovens, construindo propostas que ultrapassem a perspectiva da preparação ou da formação do jovem para o futuro e focalizem suas reais experiências de trabalho ou seu desejo de encontrar um trabalho no presente", afirma Maria Carla

15 ANOS DE AÇÃO EDUCATIVA



1994

- Fundação da Ação Educativa
- Início do projeto Participação Popular na Gestão Escolar
- Ação Educativa formula documento de subsídio às discussões sobre política nacional de Educação Básica de Jovens e Adultos para o MEC
- Formulação de estudo que compõe quadro comparativo internacional sobre legislação e política de educação e capacitação de adultos, a convite do Unesco Institute for Education (UIE)

1995

- Início do projeto Monitoramento da Ação do Banco Mundial no Setor Educacional
- Início da Coordenação da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora
- Assessoria à equipe de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso
- Início da Pesquisa sobre Analfabetismo Funcional na Cidade de São Paulo, coordenada pela Unesco

1996

- Aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e início do estabelecimento do PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
- Elaboração da Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos, publicada em co-edição com o Ministério da Educação e a Unesco
- Estruturação do grupo Solidária Idade, composto por estudantes secundaristas de São Paulo, com o objetivo de desenvolver ações de organização juvenil para a solidariedade

1997

- Início do trabalho de assessoria sistemática ao Fórum de Educação da Zona Leste
- Início da elaboração dos livros da coleção Viver, Aprender, material didático para a Educação de Jovens e Adultos
- Finalização da Pesquisa sobre Analfabetismo Funcional na Cidade de São Paulo, com publicação de relatório
- Informatização de mais de 13 mil registros do Centro de Informação e Documentação
- Início da publicação do boletim Informação em Rede
- Realização da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Hamburgo, Alemanha

1998

- Ação Educativa assume a coordenação das ONGs brasileiras filiadas ao Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL)
- Publicação de Democracia: uma Grande Escola – Alternativas de Apoio à Democratização da Gestão e à Melhoria da Educação Pública, guia para equipes técnicas produzido por Elie Ghanem
- Criação do Centro de Referência para Jovens de Santo André, em parceria com a prefeitura do município
- Lançamento da página eletrônica da Ação Educativa
- Implantação do Fundef - Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e criação do Enem - Exame Nacional do Ensino Médio

1999

- União Europeia aprova recursos para a implantação do Centro de Juventude e Educação Continuada
- Ação Educativa aumenta em mais de 100% o atendimento a educadores de jovens e adultos
- Início da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da qual a Ação Educativa foi uma das impulsionadoras
- Realização de pesquisa sobre a municipalização do Ensino Fundamental e os impactos do Fundef no Estado de São Paulo

2000

- Ação Educativa compra o prédio-sede na Vila Buarque
- Início do projeto Integrar pela Educação em escolas da Zona Leste de São Paulo
- Livro 1 da coleção Viver, Aprender atinge tiragem de cinco milhões de exemplares
- Ação Educativa desenvolve as pesquisas "O perfil de Alunos Jovens", "Pesquisa sobre Organismos Governamentais de Juventude" e coordena a pesquisa "Violência, Aids e Drogas nas Escolas"
- Ação Educativa ganha Prêmio Unesco, na categoria Educação

2001

- Criação dos programas Novos Sentidos da Educação Escolar e Observatório da Educação
- Criação do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro
- Realização da I Semana de Cultura Hip Hop
- Implementação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, do projeto Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião (Nepso), para incentivar o uso da pesquisa de opinião como ferramenta pedagógica nas escolas de Ensino Médio
- Realização da primeira campanha para conquistar sócios mantenedores

2002

- Realização da 2ª edição do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
- Ação Educativa engaja-se na pesquisa Juventude, Escolarização e Poder Local, junto com pesquisadores de dez universidades
- Criação do Circuito Vila Buarque de Educação e Cultura
- Ação Educativa conquista o 1º lugar no concurso Empreendedor Social, promovido pela Ashoka Empreendimentos Sociais e McKinsey & Co

2003

- Coordenador da Ação Educativa, Sérgio Haddad, assume a Relatoria Nacional pelo Direito à Educação
- Centro de Juventude e Educação Continuada implanta o Centro de Internet
- Consórcio formado por Ação Educativa e Centro de Investigación Y Difusión Poblacional de Achupallas, do Chile, vence concurso para realizar pesquisa sobre experiências de inclusão de jovens em seis países latino-americanos
- Lançamento do livro Políticas Públicas: Juventude em Pauta, em co-edição com a Fundação Friedrich Ebert e a Cortez Editora
- Assinado convênio de cooperação com o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra) para avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- Ação Educativa é nomeada para compor a Comissão Nacional de Alfabetização
- Início do projeto Cinema e Vídeo Brasileiro nas Escolas
- Início do projeto de pesquisa Juventude, Escolarização e Poder Local, com apoio do CNPq
- Parceria com Unicamp para pesquisa em práticas de letramento de jovens e educadores
- Criação do portal do Observatório da Educação

2004

- Início do projeto Vídeo: Cultura e Trabalho, articulando produção em linguagem audiovisual e orientação profissional
- Realização do 1° Dia do Grafite, com pintura do mural coletivo na recepção da Ação Educativa
- Ação Educativa publica dois números da revista Alfabetização e Cidadania
- Estruturação do programa Ação na Justiça
- Reformulação do site da Ação Educativa
- Ação Educativa contribui com estudo da Rede Brasileira de Integração dos Povos (Rebrip) sobre as repercussões das regulações do comércio internacional sobre as políticas de combate à pobreza
- Lançamento dos Indicadores da Qualidade na Educação, elaborados sob coordenação da Ação Educativa

2005

- Participação no 2° Diálogo Nacional das Organizações Juvenis
- Início do núcleo de literatura periférica no Programa de Cultura
- Publicação do caderno Juventude e Adolescência: referências conceituais
- Em parceria com Ibase, Instituto Pólis e outras organizações da sociedade civil, realização da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas
- Publicação do livro Diálogos com o Mundo Juvenil: subsídios para educadores
- Assessoria pedagógica ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)
- Criada a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, do qual a Ação Educativa participa como um dos quarenta representantes da sociedade civil
- Lançamento do livro Viver, Aprender – Alfabetização
- Projeto Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião (Nepso) é realizado em 45 escolas do país
- Publicação da cartilha Educação Também é Direito Humano em parceria com a Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento
- Produção do dossiê Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países da Iniciativa Via Rápida na América Latina

2006

- Implementação do Centro de Mídia Juvenil (CMJ)
- Lançamento do boletim Juventude na Cena
- Primeiro encontro de roda de samba de comunidade na Ação Educativa
- Início do projeto Equidade Racial nas Escolas: Perspectivas e Desafios, consulta sobre questões étnicorraciais em escolas de São Paulo e Salvador
- Articulação do Centro de Juventude e Educação Continuada em torno de quatro núcleos: hip hop, literatura periférica, grafite e rodas de samba de comunidade

2007

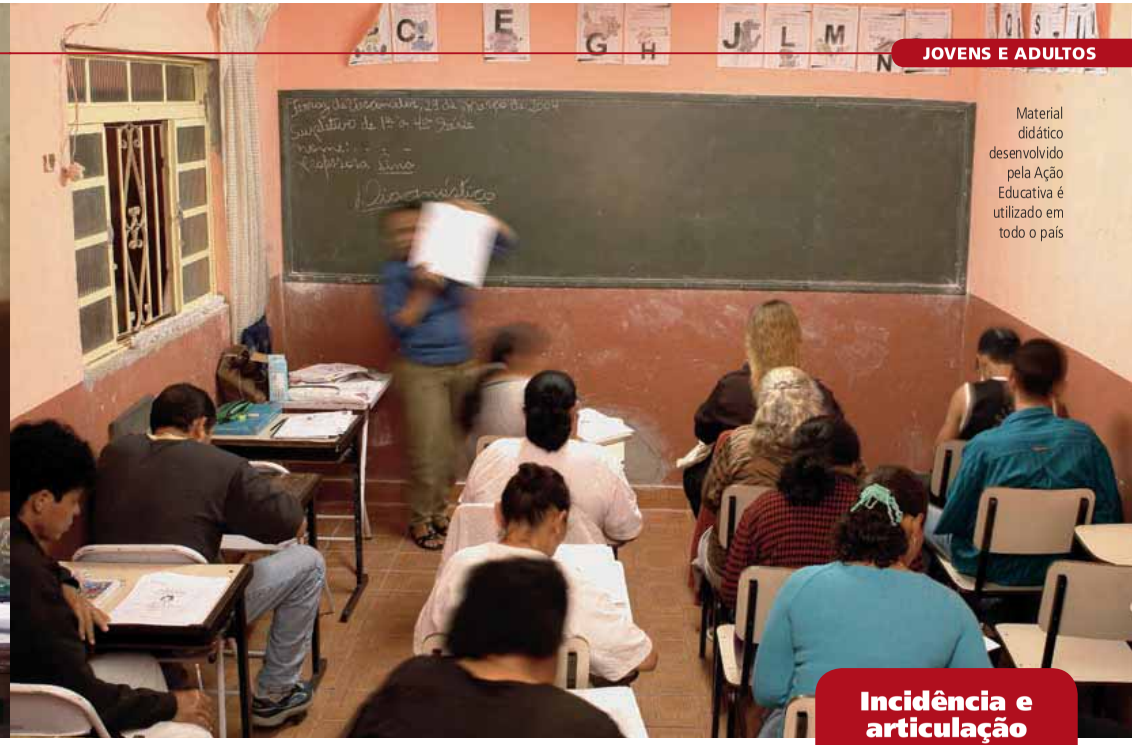
- Lançamento da Agenda Cultural da Periferia
- Criação do programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais
- Realização de curso de formação de 22 jovens agentes pelo direito à educação
- Formação em elaboração de projetos para o Programa Valorização das Iniciativas Culturais - VAI, da prefeitura de São Paulo
- Realização da pesquisa Percursos Juvenis: entre a escola e o mundo do trabalho
- Ação Educativa distribui 412 mil exemplares da coleção Viver, Aprender
- Organização do X Seminário de Educação de Jovens e Adultos no 16° Congresso de Leitura e Escrita
- Início do Projeto Fala Mestra! Fala Mestre!, embrião da campanha Fala Educador, Fala Educadora, contra a "lei da mordaça" que impede professores da rede pública de concederem entrevistas a órgãos de imprensa
- Lançamento do Movimento Nossa São Paulo; Ação Educativa integra colegiado de coordenação e os GTs de Educação, Cultura e Juventude
- Criação da Rede Paulista de Educação nas Prisões

2008

- Início do projeto Arte na Casa, que leva atividades culturais para os jovens cumprindo medida sócio-educativa na Fundação Casa, antiga Febem
- Ação Educativa é eleita para a vice-presidência do Conjuve - Conselho Nacional de Juventude, representando a sociedade civil, e participa da organização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude
- Ação Educativa lança o livro Jovens e Trabalho no Brasil – Desigualdades e desafios para as políticas públicas
- Realização de assessoria a Sesc e Sesi na avaliação de programas de Educação de Jovens e Adultos
- Início da parceria com a Cooperifa na realização da Mostra Cultural da Cooperifa
- Realização da 1ª edição do prêmio Minha Comunidade Sustentável
- Implementação do projeto Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar
- Realização de pesquisa sobre Ensino Religioso, Direito à Educação e Estado Laico
- Articulação do Movimento Creche Para Todos

2009

- Lançamento do Livro Letramentos no Ensino Médio
- Participação na organização do Fórum Internacional da Sociedade Civil, encontro preparatório para a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos, a se realizar este ano em Belém do Pará
- Realização da 7ª edição do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
- Publicação do livro Bicho de Sete Cabeças – Para entender o financiamento da educação brasileira
- Realização de Seminários de Avaliação Externa da Ação Educativa
- Lançamento da Coleção Conexão Juventudes
- Realização da 9ª edição da Semana de Cultura Hip Hop
- Lançamento dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
- Lançamento de pesquisa sobre trabalho infantil em São Paulo



Material didático desenvolvido pela Ação Educativa é utilizado em todo o país

APRENDER POR TODA A VIDA

Educação de jovens e adultos faz parte da história da Ação Educativa; atuação une olhar crítico para políticas públicas e suporte político-pedagógico a experiências alternativas, especialmente as desenvolvidas por municípios

Cerca de 65 milhões de jovens e adultos brasileiros possuem escolaridade inferior ao Ensino Fundamental. Outros 14 milhões são totalmente analfabetos. "E quem são esses excluídos?", pergunta Roberto Catelli, coordenador do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Ação Educativa. "É a população de baixa renda, negra na maioria das vezes", ele mesmo responde. As razões que levam ao quadro desolador são conhecidas: a má distribuição de renda e de oportunidades que acompanham a história do país.

A demanda é de dezenas de milhões, mas segundo o Censo Escolar 2008, apenas cerca de quatro milhões de pessoas ocupam atualmente as salas de aula destinadas aos jovens e adultos. Além da insuficiência, a EJA convive com problemas crônicos inerentes à escola brasileira. Se a maioria das instituições públicas sofre com a falta de estrutura, as condições são certamente piores para jovens e adultos. Como as aulas são noturnas, os alunos quase nunca têm à disposição equipamentos escolares como bibliotecas e salas de informática, que fecham mais cedo.

O quadro soa desolador, mas é melhor do que há 20 anos. Afinal, desde a Constituição Federal de 1988, a Educação de Jovens e Adultos é um direito de quem não teve acesso à escolaridade ou que não pode completar o Ensino Fundamental. Desde então, têm crescido as matrículas na modalidade, assim como a luta da sociedade em prol da efetivação do direito consagrado na Constituição.

Fim da fila

Muitas vezes, a EJA está no fim da fila das prioridades do Estado, sujeita à opção de governantes e secretários de educação de dar continuidade a projetos. Em grande parte dos gestores públicos, ainda está presente a ideia de que é importante pensar somente nas novas gerações. Pedro Pontual, membro da diretoria da organização e atual secretário de EJA da cidade de Embu (SP), lembra que além de a EJA não ser prioridade dos governos, há grande descontinuidade das políticas, "acarretando fortes deficiências na qualidade pedagógica dos programas e na formação de educadores". Mesmo a importante inclusão da EJA no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) deve ser considerada um avanço relativo. Desde a sua instituição em 2007, o fundo trata a educação de jovens e adultos de maneira diferenciada: o custo por aluno da EJA "vale" 0,8 do custo de um aluno regular para o cálculo do repasse de verbas. "Esse pode ser um dos fatores que levaram a uma inédita redução de matrículas na modalidade em 2009. Outra hipótese que se deve considerar é o desestímulo dos alunos devido à inadequação pedagógica de grande parte dos cursos", conta Roberto.

Viver, Aprender

Em 2000, a Ação Educativa empenhou sua experiência em educação de jovens e adultos

Incidência e articulação

"A Ação Educativa criou um espaço plural de produção de conhecimento e incidência política capaz de articular movimentos, agentes do direito à educação e academia. Mas ainda temos muito a fazer: a sociedade continua sendo excludente e há muitos desafios no campo da democracia, da justiça e da educação como direito."

Maria Clara di Piero
sócia fundadora da Ação Educativa e professora da Faculdade de Educação da USP

Suporte às experiências municipais é uma das prioridades do trabalho com a EJA

Trajetória

"A Ação Educativa, sem abandonar o seu campo inicial da educação popular, se deslocou para outros campos, onde também fez valer sua história, seus princípios, metodologia e ação em defesa de direitos. Na educação escolar, o primeiro campo com o qual se defrontou foi justamente o da EJA, onde adquiriu competência, sabedoria, ciência e pôde, por isso mesmo, produzir materiais a esse respeito, que vieram a ser reconhecidos por distintos governos como algo adequado, consequente e esclarecedor."

Carlos Jamil Cury *doutor em educação e professor emérito da UFMG. Participou do corpo de avaliadores dos 15 anos da Ação Educativa.*

Coleção Viver, Aprender

produzindo, em parceira com o Ministério da Educação, o material pedagógico que acabou se tornando referência na área. A coleção "Viver, Aprender" buscou superar a concepção de material didático para a EJA tratado como "um resumo do resumo do material didático convencional", segundo Roberto. "A coleção surgiu como uma busca por um material que respondesse aos interesses e necessidades de aprendizagem desse público", explica.

Segundo Cláudia Vóvio, ex-coordenadora do programa de EJA da Ação Educativa e editora dos primeiros volumes da coleção, "os materiais tiveram um grande impacto em função de sua inovação nas propostas pedagógicas, pela ousadia no tratamento temático, pela qualidade de textos e, mais importante, por não subestimarem a capacidade e inteligência dos jovens e adultos, e também a dos educadores". Desde 2001, a Ação Educativa investe em uma parceria com a Editora Global que já levou o "Viver, Aprender" a 24 dos 26 estados brasileiros. São cerca de dois milhões e trezentos mil livros didáticos, entre Ensino Fundamental e Médio, compartilhados por mais de um estudante. "O professor, assim como qualquer outro indivíduo, tem sede de conhecimento", afirma Luiz Alves Jr., diretor geral da Global. Além do "Viver, Aprender", a parceria também produziu o almanaque "Quitanda cultural" e os primeiros livros da série "Conexão Juventudes", introduzindo temas como mídia e segurança pública ao público da EJA.

Suporte político-pedagógico

Eixo fundamental das ações da Ação Educativa antes mesmo de sua fundação, quando ainda era um setor dentro do Cedi (ver pág. 06), o programa buscou desde o começo o diálogo com o poder público, sem deixar de enfrentar criticamente o descaso governamental com este segmento educacional. A efetivação do direito à Educação de Jovens e Adultos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a elaboração de uma proposta curricular para a EJA, publicada em co-autoria com o MEC em 1997, foram marcos dessa relação colaborativa e crítica com o governo.

"Nesses 15 anos, a Ação Educativa marcou sua atuação, de um lado, pela denúncia dos equívocos das políticas governamentais federais e, de outro, pelo suporte político-pedagógico às experiências alternativas desenvolvidas pelos governos municipais", conta Pedro. Nesse sentido, contribuiu – e continua a contribuir – com a elaboração de currículos e propostas pedagógicas, a implementação de programas de formação de educadores e o levantamento periódico sobre as condições de alfabetização da população jovem e adulta.

Esforço de articulação

Se a Educação de Jovens e Adultos vive um momento de grandes dificuldades, a realização no Brasil da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea) pode servir para restaurar a confiança na construção de novas diretrizes para a EJA em um momento delicado de crise econômica mundial, na medida em que a educação é vista como um caminho para equacionar as consequências sociais da desigualdade. Espera-se, ainda, que os ares de transformação e de reversão das políticas neoliberais na América Latina também contribuam como inspiração.

"A partir de um grande esforço de articulação de redes de sociedade civil em todo mundo, espera-se poder arrancar dos governos um maior compromisso com ações, políticas e financiamento para EJA e o reconhecimento dos desafios de assegurá-la como direito humano universal. Ao mesmo tempo, devem-se reconhecer os desafios da diversidade face à realidade do mundo rural, das populações indígenas, dos afro-descendentes, dos migrantes, das mulheres e outras tantas situações específicas", aponta Pedro.

Indicador de Alfabetismo Funcional

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma pesquisa realizada desde 2001 pela Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, para avaliar os conhecimentos, as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática de jovens e adultos entre 15 e 64 anos.

A pesquisa, composta por testes e questionários, é aplicada a cada dois anos em duas mil pessoas em todo o território nacional. Levantamentos dessa natureza são inéditos no Brasil e proporcionam uma compreensão aprofundada sobre o alfabetismo funcional da população.

O objetivo da pesquisa é gerar informações que ajudem a compreender e orientar a formulação de políticas educacionais e propostas pedagógicas. Segundo os últimos dados, apenas 28% dos brasileiros entre 15 e 54 anos têm um nível de alfabetização plena (ou seja, o nível mínimo esperado ao final do ensino obrigatório).

Os relatórios com a evolução do índice desde 2001 podem ser acessados na íntegra na página eletrônica da Ação Educativa.

CONHECER PARA TRANSFORMAR

Com ênfase na construção coletiva do conhecimento, projeto promove o uso pedagógico da pesquisa de opinião em escolas da rede pública

O que une um aluno de uma escola pública de Mauá, na Grande São Paulo, a um jovem de etnia mapuche, estudante de uma escola bilíngue chilena? "Apesar da diversidade linguística e cultural, as escolas públicas, em diferentes países têm muitas características comuns", observa Marilse Araújo, coordenadora do projeto Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião (Nepso), que, desde 2001, promove o uso pedagógico da pesquisa de opinião por escolas da rede pública.

Desenvolvido pela Ação Educativa no interior do programa Ação na Escola, em parceria, com o Instituto Paulo Montenegro (IPM), braço social do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), o projeto atravessou nos últimos cinco anos um significativo processo de expansão. No Brasil, foi disseminado para novos estados e, nos polos já existentes, para novas cidades. Além disso, foi implementado na Argentina, Chile, Colômbia, México e Portugal, em parceria com institutos de pesquisa locais e instituições da área de educação. "Nos primeiros anos", lembra Ana Lúcia Lima, diretora-executiva do IPM, "o projeto estava mais concentrado em fazer funcionar a metodologia. A expansão se consolidou, o que nos deixou mais livres. O projeto não é uma receita de bolo, ele ousa, pois pode contar com várias contribuições, inclusive do mundo acadêmico", afirma.

Hoje, o Nepso é objeto de um projeto de pesquisa para avaliar o impacto de sua atuação, articulado pela Ação Educativa, Universidade Metodista, Secretaria de Educação de Mauá e duas escolas do município, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Na atual fase do processo, o objetivo é adaptá-lo segundo a perspectiva de uma metodologia participativa, aliando o tema da educação ao direito à cidade e ao acesso às políticas públicas.

Fortalecimento da rede

Apesar de muitas escolas desenvolverem projetos relevantes em seu cotidiano, tais iniciativas tendem a não ganhar visibilidade. "As escolas ficam muito sozinhas. Nos demos conta de que, por meio do uso da metodologia, tínhamos constituído uma rede, reunindo professores, alunos, escolas, empresas e instituições da área educativa", conta Marilse.

Essa ampla rede tem nas novas ferramentas de comunicação e nos encontros presenciais espaços para seu fortalecimento. Todos os polos do Brasil realizam anualmente seminários estaduais. O Congresso Ibope-Unesco reúne representantes de todos os estados e de todos os países participantes do projeto. No ano passado, pela primeira vez, o evento foi descentralizado, realizando-se simultaneamente em Belo Horizonte (MG) e em Caxias do Sul (RS), junto aos respectivos seminários estaduais. As atividades foram registradas e deram origem a um curta-metragem, produzido pelo grupo de jovens comunicadores do Nepso de São Paulo.

Há três anos em atividade, o grupo de comunicadores reúne vinte participantes do polo, que atuam na difusão do projeto em suas escolas e na troca de informações entre os polos. A ideia é que cada polo venha a ter um grupo de jovens comunicadores. Felipe de Medeiros, estudante do Ensino Médio, é um dos estudantes que participa das reuniões. "Quando a gente volta, convoca todo mundo da escola que participa do Nepso e já fala o que a gente aprendeu. Eu trabalho nos seis projetos da minha escola; como venho para o grupo de comunicação, ajudo todo mundo um pouquinho", conta.

Para Felipe, os conhecimentos adquiridos durante o processo transcendem o projeto de pesquisa. Ele destaca a chamada etapa de qualificação – momento em que, após haverem definido seus temas, os grupos desenvolvem uma pesquisa com vistas a subsidiar a produção dos questionários. Com o intuito de enfatizar essa etapa, em 2009 foi realizado, em São Paulo, o Seminário de Qualificação de Temas. Os projetos de pesquisa foram agrupados por temáticas, incorporando a dimensão dos direitos e suas violações. Para dialogar com os estudantes, participaram convidados envolvidos com os temas, entre eles assessores da Ação Educativa.

Seminário paulista do Nepso, ocorrido em 2007

Diversidade

Todas as pesquisas desenvolvidas até hoje estão armazenadas em um banco de projetos, hospedado na página do IPM (www.ipm.org.br). Em 2008, as pesquisas levadas a cabo no ano anterior foram reunidas no Almanaque Nepso de Pesquisas, ordenadas por categorias. De acordo com Marilse, os projetos falam muito mais sobre os jovens pesquisadores do que sobre os entrevistados e, por isso, podem aprofundar o conhecimento dos professores em relação aos estudantes. Mais que isso: podem transformar a relação entre eles, já que crianças, jovens e adultos passam a partilhar um vocabulário e um processo de trabalho comuns.

Espaço de formação

"Conheci a Ação Educativa em 2001, em um curso da semana de Educação de Jovens e Adultos. Em seguida, participei de uma oficina do Nepso, que me motivou a ajudar a minha escola a conhecer melhor a opinião de todos e, consequentemente, a melhorar o ambiente e o projeto da escola. Desde que virei formadora, em 2004, a Ação tem sido um espaço muito importante. Por lá acontecem debates que não achamos em outros espaços, o que proporciona um tipo de diálogo cada vez mais difícil de se encontrar."

***Regina Oshiro**, professora da rede estadual de ensino de São Paulo*

A COMUNIDADE FAZ A ESCOLA

Indicadores aproximam a comunidade escolar da gestão educacional e buscam fortalecer um conceito mais amplo de qualidade na educação

Um problema significativo, mas pouco discutido na escola pública brasileira, é a distância que separa a política educacional daqueles que são seu fim e sua razão de ser: o aluno e a comunidade escolar – incluindo professores e professoras –, que poucas oportunidades têm para transformar o ambiente onde estão inseridos. Em geral, a opinião dos profissionais da educação é pouco valorizada na formulação das políticas públicas, que permanecem subordinadas a gestores pouco motivados a discutir o rumo dessas políticas com a comunidade escolar.

Paralelamente, multiplicam-se os rankings escolares – construídos por sistemas de avaliação, como o Saresp (sistema paulista) e o Saeb (sistema nacional) – que acabam servindo de instrumento discriminatório, sem enfrentar a realidade das escolas, e aprofundando o sentimento de responsabilização do professor pelas mazelas da educação pública. As questões referentes à formação docente, organização das escolas, carreira, currículo e material didático são objeto de decisões quase exclusivamente dos órgãos centrais.

Neste cenário, a necessidade de dar respostas à sociedade quanto à situação da educação pública leva secretarias de educação a promover projetos pedagógicos questionáveis, sobrecarregando os docentes em iniciativas das quais não são chamados a contribuir.

Publicações dos indicadores do Ensino Fundamental e da Educação Infantil

"Normalmente, estas avaliações são feitas por uma burocracia que está afastada da realidade das escolas, o que contribui muito pouco com seus projetos político-pedagógicos e com uma gestão escolar efetivamente democrática", avalia Cláudia Bandeira, coordenadora do projeto Indicadores da Qualidade na Educação – Indique, desenvolvido pelo programa Ação na Escola justamente para diversificar as estratégias de avaliação e incluir a comunidade escolar nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas.

Avaliação participativa

O programa surgiu em 2003 quando a Ação Educativa, com o apoio do Unicef e do Ministério da Educação, propôs a criação de um método de avaliação cujo objetivo era envolver a comunidade escolar em processos de melhoria da qualidade da educação. "Este instrumento consiste em uma proposta metodológica de avaliação participativa e em um conjunto de indicadores por meio dos quais a comunidade julga a situação de diferentes aspectos da realidade das instituições de ensino, identifica prioridades, estabelece um plano de ação, implementa e monitora os resultados", conta Vanda Ribeiro, uma das coordenadoras da elaboração do Indique.

Na prática, trata-se de um manual de aplicação de um sistema de indicadores por meio do qual a comunidade, entendida de forma ampliada – incluindo pais, mães, professores, diretores, alunos, funcionários, gestores, representantes de organizações locais e de conselhos como o de educação e dos direitos da criança – avalia a qualidade da escola com base em um conjunto de dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico-escolar e acesso e permanência dos alunos na escola.

"Ao batizar o instrumento de Indicadores da Qualidade na Educação", conta Joana Gusmão, também coordenadora do programa durante a elaboração do Indique pela Ação Educativa, "mantivemos o objetivo de referenciá-lo no olhar das comunidades escolares e trouxemos a ideia de indicadores qualitativos, contribuindo para uma compreensão ampla do significado de qualidade na educação".

Para o professor Arlindo Queiroz, coordenador geral de Articulações e Fortalecimento Institucional do Sistema de Ensino do Ministério da Educação, os indicadores quantitativos apurados pelos institutos de pesquisa não foram suficientes para dimensionar o problema da qualidade e para orientar intervenções eficazes na escola. "O trabalho desenvolvido pela Ação Educativa em parceria com o MEC ofereceu elementos importantes na construção de um novo paradigma, necessário ao desenvolvimento de práticas investigativas e educativas na perspectiva da melhoria da qualidade da educação escolar", diz o coordenador do Ministério da Educação.

Cláudia aponta na mesma direção: "os indicadores querem ajudar a escola a refletir sobre si mesma. A ideia é exatamente o inverso da criação de um ranking".

A aplicação do Indique abrangeu diversas cidades do Brasil, como Londrina (PR), Curitiba (PR), Ituiutaba (MG), Salvador (BA), Itaguaí (RJ), Cuiabá (MT), Bauru (SP), entre outras. Em Suzano, no interior de São Paulo, o programa foi realizado em três oportunidades.

De acordo com Solange Aguirre, ex-secretária de Educação de Suzano, a Secretaria Municipal de Educação tinha como uma de suas diretrizes educacionais a democratização da gestão. "A aplicação do Indique observou esta diretriz", conta. "Era claro que tínhamos que dialogar com a escola e a comunidade, pois buscar a melhoria da qualidade da educação significava pensar a política educacional e o funcionamento da máquina administrativa a partir da escuta respeitosa dos diversos atores", aponta.

Educação Infantil e Ensino Médio

É justamente essa aproximação entre os diversos segmentos da comunidade escolar uma das principais contribuições trazidas pelo Indique. Para Arlindo, a Ação Educativa teve papel fundamental na construção dos indicadores por sua inserção nas lutas sociais e por sua história no desenvolvimento da educação popular. "A organização ofereceu suporte teórico-metodológico aos integrantes das demais instituições parceiras e, de forma cooperativa, coordenou a produção de todo o material necessário à aplicação dessa nova metodologia", diz o gestor do MEC.

No último mês de maio, a instituição estendeu essa experiência a outros níveis, elaborando os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, em parceria com o Ministério da Educação, Fundação Orsa, Unicef e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O material se tornou parte da política nacional de educação infantil. Segundo Cláudia, o próximo passo será o lançamento de uma edição voltada ao Ensino Médio.

Em parceria com a Revista Carta na Escola, a Ação Educativa promoveu em 2008 e 2009 o Prêmio Minha Comunidade Sustentável, para valorizar soluções sustentáveis para problemas locais. Na foto, alunos da escola estadual Paulino Nunes Esposo, em São Paulo.

VOZES DA EDUCAÇÃO

Observatório da Educação abre caminho para o monitoramento das políticas educacionais e busca garantir diversidade de fontes na cobertura da mídia

O movimento pela redemocratização levou boa parte das décadas de 1970 e 1980 e contagiou o país afirmando os anseios por liberdade de expressão, ideia finalmente consagrada na Constituição Federal de 1988. Passada a euforia, não é difícil observar que muitas dessas promessas não foram cumpridas quando o assunto é educação. Restrições ao acesso às informações públicas, constrangimento aos profissionais da área e governos como principais fontes dos meios de comunicação ainda fazem parte da realidade brasileira.

Para os professores da rede pública de ensino, a conjuntura atual é das mais preocupantes. Responsabilizados por muitas autoridades pela má qualidade da educação, os docentes se veem questionados por sua formação e deslegitimados como atores sociais. Além disso, não competem em igualdade no debate público, hegemonizado pelas pautas estabelecidas por governos. Nos jornais e revistas, a voz dos docentes é cerceada e o embaraço de não poder se expressar livremente como qualquer outro cidadão é regra, não exceção.

Soma-se a isso a pouca atenção dada pela mídia em geral às questões educacionais. São poucos os jornalistas dedicados ao tema, reduzindo a cobertura da imprensa basicamente aos dados e informações divulgados por órgãos oficiais. Os gestores, por sua vez, frequentemente se recusam a disponibilizar informações de relevância pública, tratado-as como bens privados. Nesse contexto, a ausência de transparência e de pluralidade de opiniões forma um cenário onde a democracia não se faz presente.

"Há uma grande assimetria em relação ao espaço que os diferentes atores sociais têm na expressão de sua opinião e ponto de vista", comenta Camilla Croso, ex-coordenadora do Observatório da Educação. "Professores, professoras e os demais sujeitos da comunidade educativa têm poucos canais de expressão e oportunidades de se fazer ouvir", diz.

Fala Educador(a)!

Foi a partir da inquietação da Ação Educativa com a discussão das políticas educacionais que surgiu em 2002 o Observatório da Educação, com a tarefa de estimular a pluralização do debate público sobre a temática. "Foi uma resposta à percepção de que o debate na sociedade era pautado quase que exclusivamente por governos", conta Mariângela Graciano, atual coordenadora do Observatório.

Com o propósito de responder a esta demanda, a iniciativa incumbiu-se de fazer o acompanhamento sistemático da cobertura da mídia sobre educação, sobretudo a partir de 2006. Para tanto, procurou fazer a crítica do que é divulgado nos meios de comunicação e também servir de suporte para os profissionais da imprensa, disponibilizando um banco de fontes, sugerindo pautas e divulgando quinzenalmente um boletim com a análise da cobertura das mídias impressas. Outro objetivo perseguido foi o de dar visibilidade a temas invisíveis como o da educação escolar indígena e da educação nas prisões.

Liberdade de expressão

Mariângela conta que, no início do projeto, o diálogo com os jornalistas buscava incentivá-los a consultar os docentes. "Eles são fontes e devem ser ouvidos, nós dizíamos. Foi quando vários jornalistas revelaram que tentavam ouvir os professores, mas eles respondiam que não poderiam falar". Nesse contexto, a Ação Educativa passou a questionar um dos resquícios do autoritarismo: o artigo 242 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, com similares em outros estados da Federação. O mecanismo que ficou conhecido como "lei da mordaça" impede que os professores se refiram "depreciativamente às autoridades constituídas". Deste movimento surgiu a campanha "Fala Educador! Fala Educadora!", em parceria com a ONG Artigo 19 e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Uma importante conquista dessa mobilização aconteceu no dia 8 de setembro de 2009, quando a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou um projeto de lei de autoria do Poder Executivo estadual revogando os artigos restritivos da lei.

Aliada à cultura do medo imposta pela legislação, as secretarias de educação costumam colocar entraves à participação dos docentes no debate público. Segundo a jornalista Ana Aranha, da revista Época, no caso de São Paulo, a secretaria precisa aprovar todos os pedidos de entrevista, em um processo demorado e que muitas vezes termina indeferido. Além disso, há o medo de represálias. "Alguns professores até enfrentam a lei. Outros falam, mas pedem para não publicar, mas a regra é não falar", afirma a jornalista parceira do Observatório.

Camilla acredita que é preciso estabelecer uma relação sustentada com os meios de comunicação, de maneira que estes possam estar mais comprometidos e preparados para pautar questões de forma mais profunda. "Isso implica ter uma postura ativa, com a proposição de pautas e de fontes, e a produção de informações e análises". Um passo importante nesse sentido foi a entrada no ar do portal do Observatório da Educação, há cerca de um ano, adaptando à própria dinâmica do programa o conteúdo que antes constava na página da Ação Educativa.

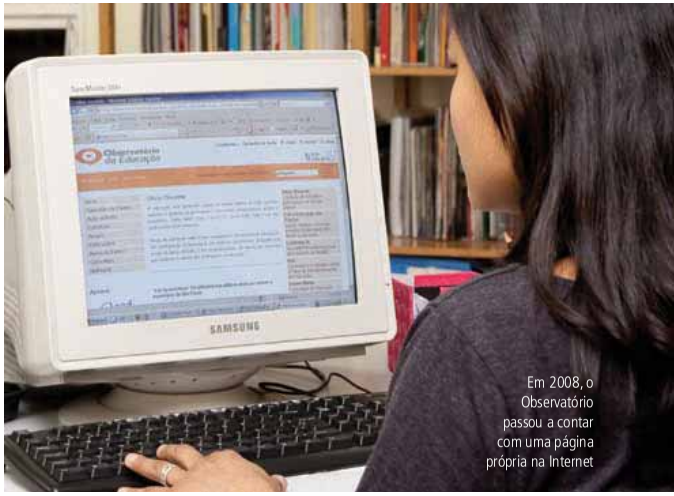
Expansão

Para os próximos anos, o Observatório da Educação pretende expandir sua atuação, tentando estabelecer uma relação com jornais locais. "Temos o sonho de atingir os meios locais e regionais, como jornais de bairro e rádios comunitárias", aponta Mariângela, que destaca ainda como metas do programa o acompanhamento dos conselhos nacional, estadual e municipal de educação e também da atuação do Poder Legislativo. "A sociedade tem que se apropriar mais e debater qual é efetivamente o papel do Legislativo", afirma.

Coerência política

"A Ação Educativa organiza as iniciativas coletivas e tem um projeto político que busca contribuir para diminuir as desigualdades. Conheço a organização desde a época do Cedi e ela se mantém coerente e firme em seus princípios, com uma grande capacidade de acompanhar os temas relevantes nos diferentes momentos históricos."

Aparecida Néri de Souza
professora da Unicamp e sócia da Ação Educativa



Em 2008, o Observatório passou a contar com uma página própria na Internet

O DIREITO DE EXIGIR

Organização afirma a educação como direito ao atuar no Judiciário para exigir sua efetivação

"A demanda por creches partiu do Capão Redondo. Como estávamos no dia-a-dia do trabalho no Instituto Padre Josino, sempre apareciam mães pedindo vagas. A creche da região tinha 130 vagas e uma lista de espera de mais de 600". Foi a partir da situação vivida na zona sul da capital paulista, descrita pelo educador popular Ailton da Silva, que se deu início ao movimento "Creche para Todos", que descobriu na Justiça um caminho para a efetivação do direito à educação de crianças.

O déficit de cerca de 70 mil vagas na rede pública de ensino infantil em São Paulo sensibilizou cidadãos e organizações por toda a cidade, que hoje se unem para questionar o poder público. A partir de um cadastro produzido voluntariamente pelas entidades de um bairro da capital paulista, constatou-se que o número de crianças sem vagas era muito maior do que o informado pela prefeitura. "O movimento tem uma representatividade na cidade, e também forçou a Secretaria de Educação a ser mais transparente", afirma Ailton.

Por meio de diferentes formas de mobilização, o movimento buscou fortalecer as possibilidades de controle social das iniciativas públicas no campo da Educação Infantil, tendo como perspectiva a ampliação do número de vagas, a melhoria da qualidade do atendimento, a priorização do atendimento nas áreas de maior vulnerabilidade social e a transparência na divulgação da demanda.

Por trás da mobilização da sociedade civil reunida no movimento "Creche para Todos" está a consolidação da ideia de que a Justiça pode ser acionada quando direitos fundamentais não são garantidos pelo poder público. Na Constituição Federal de 1988, a educação é declarada como um direito do cidadão e, portanto, torna-se exigível por meio da apelação aos órgãos do Judiciário.

"Abriu-se a possibilidade de se judicializar toda e qualquer situação em que o Estado se omita do serviço necessário à garantia deste direito, tanto em relação à oferta de vagas quanto à garantia do acesso", afirma Flávio Frasseto, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Tanto a Defensoria, quanto o Ministério Público têm se esforçado em assumir as inúmeras questões que envolvem o direito à educação, mas é sobretudo a participação da sociedade que tem qualificado a intervenção em defesa do direito à educação.

Ação na Justiça

Mas ainda é escasso o número de iniciativas semelhantes. A falta de estrutura de órgãos como a Defensoria e o nível razoável de especialização exigido para levar a cabo ações judiciais dessa natureza tornam difícil sua efetivação. Diante deste cenário, a Ação Educativa vislumbrou a possibilidade de fazer um acompanhamento sistemático e incidir na promoção do direito humano à educação através do sistema de justiça. Foi quando, no ano de 2004, nasceu o programa Ação na Justiça.

Voltado à pesquisa e ao estudo das posições do Poder Judiciário frente às demandas pelo direito à educação e também à produção e difusão de informações públicas, o programa tem se consolidado na promoção de ações jurídicas em defesa da democratização da educação na perspectiva dos direitos humanos.

O Ação na Justiça tem como estratégia identificar casos exemplares de violação do direito à educação com potencial de reverberação social e que possam influenciar outras situações semelhantes. Sob essa perspectiva, a organização atua de forma sistemática não apenas no Judiciário, mas também para a mobilização e envolvimento de outros atores sociais na defesa dos direitos, como foi o caso do movimento "Creche para Todos". O programa ainda desenvolve cursos e oficinas para a formação de atores neste campo, além de produzir materiais e um boletim eletrônico que aborda temas relativos ao direito à educação – o Boletim OPA.

"A estratégia é afirmar a educação como um direito a partir da possibilidade de exigi-la com mecanismos judiciais, acompanhando algumas pautas que interessam na ampliação e na definição do direito à educação", conta Salomão Ximenes, coordenador do programa. "Outros aspectos são o debate, o acompanhamento e o exercício crítico sobre a possibilidade de utilização dos mecanismos do sistema de justiça na defesa do direito à educação", explica.

Destacam-se como exemplos da atuação do programa – além do já citado déficit de atendimento em educação infantil na cidade de São Paulo – a defesa do piso salarial nacional dos profissionais da educação pública no Superior Tribunal Federal, as ações em defesa do direito à EJA e, recentemente, a atuação contrária ao acordo assinado entre o Governo brasileiro e o Vaticano, que atenta contra o caráter laico do Estado e, por consequência, da educação pública, além de uma série de iniciativas em parceria com órgãos públicos e outras organizações.

"A atuação da Ação Educativa tem sido fundamental para que possamos contar com um trabalho especializado em relação às políticas de educação que não temos condições de fazer", afirma o defensor público Flávio Frasseto. Responder a estas diversas demandas e contribuir para a garantia do direito à educação são os desafios permanentes do programa.

Em 2009, projeto debateu acordo entre o Brasil e o Vaticano

Pioneirismo

"A Ação Educativa tem sido pioneira nos processos judiciais para exigir o direito à educação em seus diversos níveis. É uma organização fundamental para a discussão da política educacional brasileira, pois problematiza e repassa informações essenciais para a nossa luta."

Rosana Evangelista da Cruz
professora da Universidade Federal do Piauí

Cartilhas sobre a exigibilidade do direito à educação

DIVERSIDADE PARA SUPERAR DESIGUALDADES

Programa combina pesquisa e ação política para enfrentar as diferentes formas de discriminação e promover a equidade e a participação social na educação

"A maioria das escolas ainda encara as diferenças, no máximo, na perspectiva de incluí-las em um modelo constituído – predominantemente branco e eurocêntrico – sem que essas diferenças levem a um repensar da própria função social da escola, do seu funcionamento e do seu papel de reconhecer e valorizar diferentes identidades", aponta Denise Carreira, coordenadora do Programa Diversidade, Raça e Participação da Ação Educativa. Para ela, o Brasil avançou em relação ao tema da discriminação e do racismo, mas ainda há muitos passos a serem dados rumo à superação estrutural do problema.

A trajetória da Lei 10.639 de 2003 – que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica – ilustra a afirmação. Se, por um lado, sua aprovação foi uma conquista do movimento negro, sua concretização se revela recheada de percalços e obstáculos. Barreiras ligadas ao racismo e à falta de condições das escolas levam parte das iniciativas ao isolamento e ao seu não-enraizamento nas políticas educacionais.

O processo de implementação da lei foi acompanhado de perto pelo programa, que passa por um processo de reformulação. "A nossa aposta atual é estabelecer o diálogo com outros recortes de discriminação – como orientação sexual e gênero –, sem perder a centralidade da questão racial. O desafio é combinar enfrentamento de desigualdade e promoção de diversidades", afirma Tania Portella, integrante da equipe.

Nesse marco, traçou-se uma estratégia em três frentes: o desenvolvimento de metodologias participativas voltadas à escola, visando a implementação da lei; a construção de indicadores pra avaliar o nível de sua institucionalização nos sistemas educacionais; e a contribuição à política nacional, especialmente por meio da atuação na elaboração e da pressão pela efetivação do plano nacional de implementação da Lei 10.639.

Em conjunto com outras organizações do movimento negro, a Ação Educativa também participou em 2007 e 2008 do Grupo de Trabalho Interministerial que elaborou o Plano, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sob a coordenação do professor Valter Silvério, da Universidade Federal de São Carlos.

Estratégias e desdobramentos

O eixo de produção de metodologias para a escola desdobrou-se no projeto "Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar", apoiado pela União Europeia, Unicef, Save the Children e Instituto C&A. Trata-se de uma experiência-piloto junto a algumas escolas, com o objetivo de desenvolver metodologias e materiais de apoio comprometidos com a sensibilização da comunidade escolar para a problemática do racismo.

Maria Cláudia Vieira Fernandes, diretora da EMEF Armando Cridey Righetti, escola municipal paulistana que participa do projeto, enumera dificuldades, mas observa indícios de transformações: "Na rotina, o tema ainda não aparece", diz. "O maior impacto do projeto até agora é a incorporação da discussão pela equipe. As pessoas perceberam o problema e começaram a prestar mais atenção nos conflitos".

Denise aponta na mesma direção: "o que observamos é que as políticas de formação em curso não bastam para conseguir que a lei emplaque. É fundamental articular as ações de sensibilização e formação da comunidade escolar para que o problema do racismo seja assumido por mais gente". Tania complementa: "a ideia é criar um ambiente na escola mais sensível a essas questões, para diminuir a resistência a elas e sair do cenário em que só os militantes do campo puxam a agenda".

A Ação Educativa integrou por mais de um ano o grupo de trabalho interministerial – instalado a partir da recomendação de uma oficina realizada pela Unesco em 2007 – responsável pela elaboração do plano nacional de Implementação da lei.

Para Regina Couto de Melo, da Unesco, o impacto do plano depende do entendimento e da aceitação dos valores sociais e políticos presentes nas suas diferentes metas e estratégias. "O sucesso da iniciativa passa pela valorização e pelo reconhecimento da diversidade étnicorracial na educação brasileira como parte do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas nas escolas e nos sistemas de ensino", diz a representante da Unesco.

Processos participativos

A atenção dispensada pelo projeto aos processos participativos levou à atuação na Conferência Nacional da Educação Básica, em 2007 e 2008, e na luta pela construção participativa do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. Como representante do movimento Nossa São Paulo (ver pág. 46), a Ação Educativa integra a comissão executiva do plano, que deve mobilizar mais de um milhão de pessoas para discutir as políticas locais de educação.

"Apostamos que, se conseguirmos fazer uma experiência interessante em São Paulo, criaremos uma referência para todo o país de construção de planos de Estado, que envolvam as redes de ensino, assim como setores da sociedade e do poder público, para pensar a educação de forma articulada", afirma Denise.

O desafio, segundo a coordenadora do programa, é construir um processo participativo efetivo que gere a ampliação da demanda pelo direito humano à educação e, ao mesmo tempo, produza diretrizes orientadoras do planejamento da ação dos governos e referência para o controle social exercido pela população.

Concurso Negro e Educação

Organizado pela Ação Educativa e pela Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, o Concurso Negro e Educação tinha como objetivo incentivar a produção de conhecimento voltada para a temática das relações raciais. Em quatro edições, apoiou 61 estudantes de mestrado e doutorado, além de seis núcleos de estudos afro-brasileiros. Além das bolsas, os pesquisadores receberam orientação de especialistas, participaram de debates e seminários. Em cada edição, as pesquisas foram divulgadas em coletâneas de artigos publicadas em um livro.

Troca de experiências

"A trajetória da Ação Educativa é marcada pela capacidade de diálogo e pela troca de experiências que consegue promover entre as suas áreas de atuação, dando visibilidade a questões que não podem mais ser varridas para baixo dos tapetes. Ao mesmo tempo em que aproxima atores, propõe pontos de pauta e influencia na formulação e execução de políticas.

Analu Silva Souza
ex-coordenadora do Concurso Negro e Educação e consultora do programa Diversidade, Raça e Participação

OS ALICERCES DA AÇÃO POLÍTICA

Setores de comunicação, tecnologia da informação e administrativo-financeiro dão suporte para os projetos da organização

Em uma organização que luta pela garantia e pela efetivação de direitos fundamentais, ter uma administração transparente e estratégias de visibilidade pública é imprescindível. Tal necessidade existe não apenas por motivos operacionais. Ela assegura a legitimidade institucional e a transparência na aplicação de recursos, fazendo com que a organização pratique os valores que defende. Esse conjunto de fatores – externos e internos – fortalece a instituição e é fundamental para a sua sustentabilidade político-financeira e para sua imagem pública.

Na Ação Educativa, é a área de Gestão e Desenvolvimento Institucional que abrange a coordenação geral e três setores que lhe dão suporte: administrativo-financeiro e de recursos humanos (SAF), tecnologia da informação (TI) e comunicação institucional. Esses setores, que trabalham em permanente diálogo, apoiam e viabilizam o funcionamento dos projetos na organização, respondendo a demandas específicas de cada um e articulando-se com o todo da instituição.

Comunicação Institucional

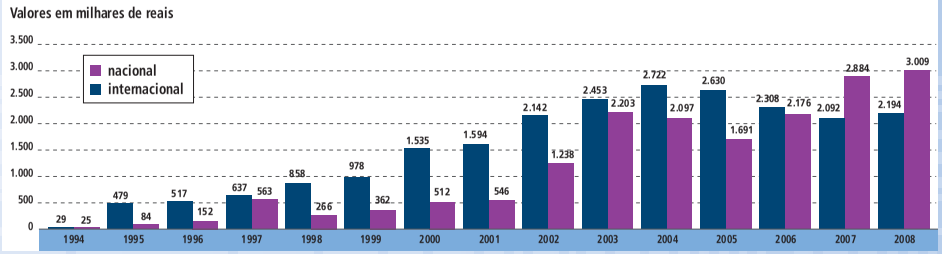
"O setor de comunicação institucional é estratégico. Ele abarca os instrumentos e práticas ligadas à área de comunicação, visando fortalecer a imagem pública da organização e dar visibilidade a suas ações e bandeiras políticas", afirma Michelle Prazeres, assessora da área na Ação Educativa. A organização possui uma política de comunicação que busca definir procedimentos no relacionamento com os seus públicos, como a mídia, os sócios e os parceiros. "A ideia é termos mecanismos que contribuam para construir e fortalecer a legitimidade da instituição e que sejam partilhados por todos os seus funcionários e colaboradores. Por trás dela, há inúmeras e importantes discussões políticas", afirma Michelle.

O setor articula e anima uma comissão composta por um representante de cada programa ou projeto. Na comissão, se discutem as estratégias de comunicação sob uma perspectiva política, o que faz com que ela funcione também como espaço de integração e de debate das questões relativas ao cenário das mídias e das comunicações no país. De acordo com Michelle, esse debate é fundamental, pois "a comunicação é vista na Ação Educativa como um ato político". É por meio da comunicação que a organização se apresenta para seus diversos públicos e busca meios e formas para dialogar com eles.

Tecnologias da informação

Para que toda a organização funcione adequadamente e responda aos desafios contemporâneos, é necessário um sistema de tecnologia da informação eficiente e em constante atualização. Mário Sérgio de Thomaz, coordenador da área de TI, conta que "o setor envolve tecnologia, conhecimento das ferramentas de trabalho e atualização constante, dando suporte para que todas as áreas possam trabalhar da forma mais produtiva e segura possível". Recentemente, o setor de TI assumiu a responsabilidade pela Biblioteca Digital da Ação Educativa, ampliando o diálogo com as áreas programáticas. Duas características importantes da área de TI na Ação Educativa são a autonomia na gestão das informações e a implantação do software livre, aspectos intimamente ligados à sustentabilidade político-financeira da instituição. Ao mesmo tempo em que mantém seu próprio provedor de emails e a hospedagem de sua página eletrônica, a organização vem nos últimos anos se apropriando das ferramentas para democratização do conhecimento com a implementação de programas de código aberto.

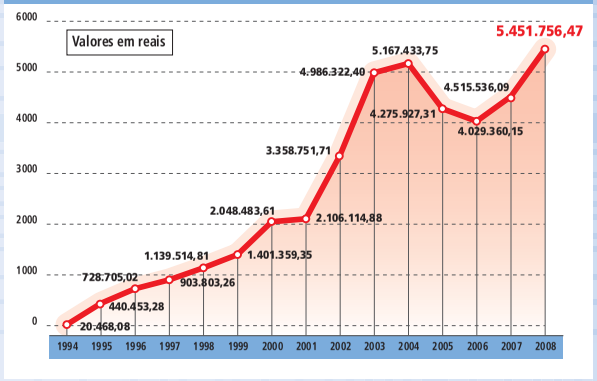
Recursos nacionais e internacionas de 1994 a 2008



Transparência nas finanças

Além de um sistema de comunicação e informação bem estruturado, é importante que uma organização como a Ação Educativa também seja transparente em relação a suas finanças. Ainda que o setor de comunicação seja o responsável por dar publicidade à forma como são aplicados os recursos da instituição, sua correta aplicação é garantida pelos olhares cuidadosos do Setor Administrativo-Financeiro. Para Marcos José Pereira da Silva, coordenador do SAF, a questão da transparência é um valor estruturante da organização. "Quando recebemos recursos ou quando alguém faz uma doação, é por uma causa, por entender a importância da Ação Educativa na defesa de direitos. As pessoas e entidades têm o direito de saber se esse recurso está sendo bem utilizado", afirma Marcos.

Evolução orçamentária de 1994 a 2008



Cada projeto da Ação Educativa tem autonomia para captar seus próprios recursos, mas o SAF é o responsável pela coordenação, administração e documentação, ajudando a conectar cada projeto às necessidades da instituição como um todo. Também é atribuição do setor a gestão dos recursos humanos e o cuidado para que o espaço de trabalho esteja sempre adequado, acolhedor e confortável. Iniciativas de cunho ambiental, como o uso de material reciclado ou a troca de copos plásticos por outros de porcelana, são igualmente atribuições do SAF. Os setores de Desenvolvimento Institucional da Ação Educativa trabalham em conjunto apoiando a coordenação geral e outras instâncias de gestão, como a diretoria, o conselho fiscal e a assembléia de sócios. Para Michelle, o desafio para estas áreas é: "trabalhar sempre de forma articulada, assumindo a interface que existe entre elas em uma concepção política de organização e de sua função social". Para Mário Sérgio, o ponto central do trabalho é "não pensar só a tecnologia, mas também o indivíduo e o conjunto da obra. Temos que interligar cada projeto à instituição como um todo". Já Marcos, acredita que "esses setores são o meio de campo da organização, seu suporte, sua coluna vertebral. Sem eles, não existe trabalho político". O desafio atual está em aprofundar cada vez mais a relação entre todas as áreas da organização, que encontram na comunicação institucional, no setor de TI e no SAF os vértices para a sua integração. Afinal, é o trabalho coletivo de quem está dentro da instituição que garante os fundamentos para a atuação política da Ação Educativa.

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

Parceiros internacionais avaliam o cenário atual e apontam as perspectivas para garantir a viabilidade político-financeira da Ação Educativa nos próximos anos

O cenário da cooperação internacional sofreu profundas transformações nos últimos anos. Praticamente todas as agências passaram a enxergar o Brasil como uma "potência emergente" e, progressivamente, têm reduzido o apoio à sociedade civil do país. Do lado das organizações não-governamentais, a noção de sustentabilidade também mudou e passou a envolver não apenas a questão financeira, mas igualmente suas dimensões política e social. A Ação Educativa acompanhou de perto esse processo e se manteve atenta a essas transformações.

Parceiros da Ação Educativa são unânimes ao apontar novos desafios para a sustentabilidade das ONGs com perfil semelhante ao da organização. "Ocorreram grandes mudanças nesse período", aponta Ana Toni, da Fundação Ford. "As agências internacionais deixaram de priorizar o Brasil por diversas razões, que vão desde a mudança no foco de suas ações até a compreensão de que houve um amadurecimento das políticas públicas nacionais. Além disso, surgiu um grande número de fundações ligadas a empresas e, ao mesmo tempo, o trabalho das ONGs foi profissionalizado. Estas mudanças alteraram radicalmente o cenário no país", complementa Ana.

Christian Schøien, da Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA), apoiadora da Ação Educativa desde o tempo da Cedi (ver pág. 06), aponta uma disposição maior de apoio às questões ambientais. "Há uma tendência de que as possibilidades de obtenção de apoio para outros projetos sejam muito reduzidas. Isso é preocupante, pois essa ideia desconsidera a importância não só histórica, mas também atual e futura das organizações e movimentos populares brasileiros", afirma.

A alemã EED é outra parceira histórica da Ação Educativa. Luciano Wolff, representante da agência no Brasil, conta que tem sido um grande desafio explicar que as mudanças sociais em curso no país continuam dependendo do engajamento dos atores da sociedade civil. "Sob esta perspectiva, a cooperação internacional ainda tem um importante papel a desempenhar, mantendo o apoio a esses atores", defende Luciano. O representante da EED explica que, no exterior, o Brasil cada vez mais "constrói uma imagem de potência emergente onde os problemas sociais estão em vias de resolução, o que faz com que as agências achem que o país não precisa mais da cooperação internacional".

A complexidade no cenário global deve incentivar a reflexão sobre o papel do Estado Brasileiro na sustentabilidade da sociedade civil. Claude St-Pierre, da Oxfam, acredita que a própria ascensão do Brasil como um governo doador em atividades de cooperação internacional é um fenômeno historicamente novo e nunca visto em uma ex-colônia do continente americano. O diretor do escritório brasileiro da Oxfam aponta questões que precisam ser debatidas: "Faz sentido o Brasil atuar como um doador internacional sem resolver ou pelo menos atenuar a sua desigualdade social, de gênero e racial, e sua concentração de renda? Quais devem ser a agenda e o papel das ONGs no monitoramento das políticas de cooperação internacional do governo brasileiro? Como as questões de sustentabilidade das organizações no Brasil dialogam com a agenda oficial brasileira de cooperação internacional?".

Transparência e autonomia

Claude conta que embora as ONGs ainda sejam um fenômeno recente na sociedade brasileira, a rápida consolidação de seu papel político e de suas formas de interação com outros grupos organizados comprovam que seu trabalho é necessário para a promoção de direitos e a renovação da cultura política brasileira. "As ONGs brasileiras rapidamente se tornaram atores políticos com atuação e agenda próprias cujos objetivos priorizam a consolidação da democracia, da participação popular e da igualdade de acesso a oportunidades como elementos centrais das políticas públicas", diz.

Para Luciano, da EED, o desafio da sustentabilidade está em consolidar as ONGs que lutam por direitos como parte estruturante da democracia brasileira. "Isto implica ter uma relação com a sociedade que mostre de forma inteligível a importância de seu trabalho, buscando uma relação com os governos nos diferentes níveis que viabilize formas de cooperação com preservação da autonomia institucional, além de discutir uma forma equilibrada de se relacionar com os atores emergentes do setor privado empresarial sem deturpar sua missão institucional", afirma.

"É preciso inovar e ousar, mas sem perder o projeto político", alerta Christian, da NCA. Ele conta que a busca de fontes governamentais nacionais não pode custar a autonomia das organizações no esforço de propor políticas públicas para um desenvolvimento mais justo. Para ele, buscar novas fontes de recursos exige "um trabalho de comunicação, divulgação e diálogo qualificado com os setores público e privado".

Os parceiros da Ação Educativa também são unânimes em afirmar que sustentabilidade política e financeira estão intimamente relacionadas. Ana Toni, da Fundação Ford, acredita que a cooperação internacional terá participação cada vez menor nos orçamentos das ONGs. "Por isso, é preciso pensar na diversificação das fontes. O mundo mudou e as organizações também precisam mudar seu jeito de mobilizar recursos. E para isso é importante ter uma gestão financeira transparente", completa.

Fermento da democracia

Os apoiadores da Ação Educativa contam que os recursos destinados à organização ao longo dos anos trouxeram resultados importantes. "A Ação se tornou um modelo para outras organizações em diferentes aspectos: no método de trabalho, na transparência de gestão, na ligação com movimentos, na capacidade de construir consensos e de produzir conhecimento", afirma Ana Toni. Ela acrescenta que muitas vezes as organizações influenciam a própria visão do financiador. "Nós já aprendemos muito com a Ação. Um exemplo disso foi o Concurso Negro e Educação (ver pág. 40), que foi fundamental para aprendermos o que era necessário nesse campo", recorda.

Luciano conta que a EED apoia institucionalmente a Ação Educativa por entender que a existência de organizações com perfil semelhante ao dela constitui um fermento indispensável à consolidação da democracia no Brasil. Segundo o representante da agência alemã, "o competente trabalho da Ação ao longo desses 15 anos gerou uma inestimável contribuição para a qualificação das políticas educacionais e de juventude. Os resultados do trabalho mostram por si só como é importante apoiá-la".

Segundo os parceiros da Ação Educativa, a capacidade de agregar novos atores e de gerar novas formas de fazer política ajudam a organização a responder bem aos desafios que surgem a cada dia. Segundo Claude, da Oxfam, "é este pioneirismo e esta criatividade, além da capacidade de atingir resultados concretos, que justificam o apoio da Oxfam. A parceria com a Ação tem a marca da inovação".

Apoiadores da Ação Educativa nesses 15 anos

- Actionaid (Reuno Unido)
- Avina Brasil
- Broederlijk Delen (Bélgica)
- Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- Centro Cultural da Espanha/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- Christian Aid (Grã Bretanha)
- Comissão Européia
- Comped - Comitê de Produtores de Informação em Educação
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- EZE - Evangelische Zentralstelle fur Entwicklungshilfe (Alemanha)
- Finep - Financiadora de Estudos e Projetos
- Fundação Abrinq
- Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Fundação Ford (EUA)
- Fundação Friedrich Ebert (Ildes)
- Fundação Itaú Social
- Fundação Open Society (EUA)
- Fundação Orsa
- Fundação Telefônica
- Fundação Vitae
- Fundação W. K. Kellog (EUA)
- Fundação Paul Gérin-Lajoie (Canadá)
- Global Campaign for Education
- ICCO - Organização Intereclesial para Cooperação para o Desenvolvimento (Holanda)
- ICAE - International Council for Adults
- Instituto C&A
- Instituto Camargo Correa
- Instituto Credicard
- Instituto ibi
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- Instituto Paulo Montenegro / Grupo Ibope
- Instituto Santander Banespa
- Instituto Votorantim
- Inter American Foundation (EUA)
- JP Morgan
- Kindernothilfe (Alemanha)
- Ministério da Cultura
- Ministério da Educação/Secad
- Ministérios da Justiça e da Previdência Social
- Natura - Programa Crer para Ver
- NCA - Norwegian Church Aid (Ajuda da Igreja Norueguesa)
- Novib (Holanda)
- Oxfam (Reino Unido)
- Petrobrás Social
- Plan Internacional
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- Serviço das igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento (EED - Alemanha)
- The Levi-Strauss Foundation (EUA)
- The Save The Children Fund (Grã Bretanha)
- Unesco - Organização das Nações Unidas para Educação e Ciência
- Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- E todos os nossos sócios-mantenedores pessoa física e pessoa jurídica

Campanha Nacional pelo Direito à Educação liderou mobilização pela inclusão das creches no Fundeb

AÇÃO EM REDE

Articulação com outras organizações da sociedade civil, participação em mobilizações e construção de parcerias são imprescindíveis para a Ação Educativa e fazem parte de seu trabalho diário e de sua identidade política

Desde o início da década de 1990, as organizações não-governamentais vêm aprofundando sua rede de relações. A referência comum da luta pela garantia e efetivação dos diretos humanos, a globalização econômica e a evolução tecnológica são os ingredientes da conjuntura política que contribuíram decisivamente para uma atuação cada vez mais coletiva.

De um lado, os problemas gerados pelas políticas neoliberais se tornaram cada vez mais comuns a todos os campos da sociedade; de outro, se consolidou e se fortaleceu a compreensão de que é imprescindível assegurar direitos fundamentais e lutar por eles afirmando sua integralidade e indivisibilidade. Em paralelo, o acesso às novas tecnologias de comunicação tornaram o relacionamento entre indivíduos e organizações mais simples e rápido. É nesse contexto que a atuação em redes ganha mais espaço, se desenvolve e se torna uma estratégia fundamental para as organizações não-governamentais que lutam por direitos.

Para a Ação Educativa, o relacionamento com parceiros vai além: mais do que uma estratégia, é uma necessidade política. Segundo Marcos José Pereira da Silva, um dos coordenadores da organização, "quando você se isola e não se conecta com instituições cuja identidade é semelhante, o trabalho se torna impossível. Não se pode articular um movimento para um maior controle social na educação sem, por exemplo, relacionar-se com uma organização que defende a participação popular", explica. Atuar em rede, dessa forma, é trabalhar coletivamente por um ideal conjunto, promovendo o fortalecimento mútuo e potencializando as ações de cada um.

Juntos na luta por direitos

Por entender que é fundamental se relacionar com outros atores sociais, a Ação Educativa participa ativamente de diversas redes, fóruns, movimentos e conselhos de políticas públicas. Confira alguns dos mais importantes:

Redes, fóruns e articulações

- **Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)**
  Rede formada por mais de duzentas organizações, redes e fóruns, que defende a educação pública, de qualidade e gratuita para todos(as)
- **Associação Brasileira de ONGs (ABONG)**
  Associação de organizações não-governamentais que lutam pela garantia e efetivação de direitos humanos no Brasil
- **Movimento Nossa São Paulo**
  Movimento paulistano que pretende comprometer a sociedade e governos locais com agendas e metas a fim de melhorar a qualidade de vida dos habitantes da cidade
- **International Council for Adult Education (ICAE)**
  Rede internacional que atua especialmente na educação de jovens e adultos
- **Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL)**
  Fórum latino-americano que luta pela educação de jovens e adultos, com especial ênfase na educação popular
- **Campanha Global pelo Direito à Educação**
  Aliança de campanhas nacionais que buscam intervir nos processos e tendências internacionais das políticas educacionais
- **Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - SP**
  Articulação de educadores e ativistas por políticas de EJA no estado
- **Processo de Articulação e Diálogo (PAD)**
  Fórum de agências ecumênicas europeias e suas entidades parceiras no Brasil, em busca da construção de um trabalho comum
- **Movimento Creche Para Todos de São Paulo (MCPT)**
  Movimento que busca ampliar a percepção social do direito à educação infantil e fortalecer o controle social das políticas publicas
- **Rede de Pontos de Cultura e Mídia Livre**
  Rede nacional formada por organizações, coletivos e grupos reconhecidos como pontos de cultura e pontos de mídia livre

Conselhos e comitês de políticas públicas

- **Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)**
  Órgão consultivo que tem como objetivo assessorar o governo federal na elaboração de políticas públicas para a juventude
- **Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CAPES/MEC)**
  Órgão que estabelece diretrizes da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério voltados à Educação Básica
- **Conselho do Programa Imprensa Social da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**
  Conselho do programa da Imprensa Oficial destinado à publicação de livros editados em parceria com organizações não-governamentais
- **Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**
  Comissão consultiva da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC para políticas de EJA.
- **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES):**
  Órgão consultivo da Presidência da República.

Plataforma Dhesca

A Ação Educativa integra a Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Dhesca, uma articulação de sessenta organizações e redes nacionais de direitos humanos.
Inspirada nos relatores especiais da Organização das Nações Unidas, a plataforma desenvolveu o projeto das relatorias nacionais em educação, saúde, moradia, alimentação, meio ambiente e trabalho.
A relatoria é exercida por pessoas com reconhecimento no campo em que atuam. Um relator ou relatora é responsável por liderar investigações independentes sobre violações de direitos e propor soluções em relatórios consolidados a cada mandato de dois anos.
A Ação Educativa contribuiu com a Relatoria Nacional pelo Direito à Educação em um mandato exercido por Sérgio Haddad (2003-2005), com assessoria de Mariângela Graciano, e outro por Denise Carreira (2007-2009), com assessoria de Suelaine Carneiro. Este ano, Denise foi reeleita e exercerá o cargo de relatora até 2011.

UMA CASA COM A CARA DA AÇÃO

Sede conquistada há nove anos é uma das marcas da Ação Educativa; partilha do "predinho" com outras organizações fortalece identidade e laços políticos

A compra do prédio-sede, em 2000, foi responsável por mudanças na dinâmica de trabalho, por novos projetos e por um aprofundamento das parcerias da Ação Educativa. É certamente um dos marcos políticos mais importantes da trajetória da organização e um importante elemento de sua dinâmica e imagem atuais.

Localizada inicialmente no último andar do Colégio Sion, no bairro de Higienópolis, na capital paulista, a antiga sede era um ambiente de forte carga simbólica, por ter sido, na década de 1970, palco de reuniões "subversivas" – forma como os militares costumavam caracterizar encontros de caráter progressista. Mas, como contam os que frequentavam o espaço, ele possuía um ar formal, que não condizia exatamente com o trabalho que a organização desenvolvia com a juventude, os grupos da periferia e do movimento hip hop, que demandavam espaços de encontro no centro da cidade de São Paulo.

Quando a compra de uma nova sede começou a ser idealizada, a perspectiva era a criação de um espaço de apoio a grupos de jovens, que também funcionasse como centro de educação e, nas palavras do coordenador da Ação Educativa, Sérgio Haddad, fosse "um espaço público ocupado por várias organizações que pudessem compartilhar, participar e realizar atividades". Sérgio conta que essa era uma ideia desde o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), organização "mãe e pai" da Ação Educativa (ver pág. 06). Com o apoio da Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA) a sede na região central de São Paulo começou a se tornar realidade. A agência financiadora fez o contato com uma campanha de jovens noruegueses, a Operasjon Dagsverk, que anualmente recolhe o rendimento de um dia de trabalho de estudantes voluntários para financiar projetos ligados à educação em países em desenvolvimento. A esses recursos se somaram os de um projeto apresentado à União Europeia pelas agências ICCO, da Holanda, e EED, da Alemanha.

Com a mudança, foi criado o Centro de Juventude e Educação Continuada, que incentivou a ocupação da atual sede da Ação Educativa por diferentes grupos. As salas de reunião e o auditório foram disponibilizados para reuniões, atividades de formação e discussão realizadas tanto pela organização quanto por entidades parceiras. "O centro é uma região que facilita a convergência de vários locais. Já na inauguração do espaço, percebemos que os grupos iriam se apropriar dele, quando alguns coletivos de hip hop propuseram um evento relacionado ao tema", afirma Eleilson Leite, coordenador do Espaço de Cultura e Mobilização Social, nome atual do espaço. A mudança no nome aconteceu em 2007, reflexo do avanço na concepção sobre o tema da cultura na organização (ver pág. 16) e da demanda por apoio a grupos juvenis e a eventos culturais e artísticos da periferia, sempre com alguma dose de engajamento político.

Espaço compartilhado

Além dos grupos de juventude e, mais tarde, grupos artísticos diversos, o prédio passou a abrigar outras organizações não-governamentais, redes e articulações com perfis políticos semelhantes. Sérgio conta que era presidente da Associação Brasileira de ONGs (Abong), quando a nova sede da foi aberta. "A representatividade, o fato de ser uma associação, o uso que poderia fazer do espaço para reuniões e assembleias e até pela facilidade em circular entre as duas organizações" foram alguns dos motivos que trouxeram a Abong para o mesmo prédio da Ação Educativa, em 2000. "Dividimos o espaço com organizações com as quais com-

200 mil frequentadores

Desde 2001, passam na sede da Ação Educativa em média 25 mil pessoas por ano para participar de reuniões, cursos, oficinas, debates, eventos artísticos ou mesmo para se encontrarem ou acessar a Internet no Centro de Mídia Juvenil. Ou seja, de 2001 a 2008 aproximadamente duzentas mil pessoas frequentaram o "predinho".

Parceiros da Ação Educativa fazem da sede um espaço de articulação

Saguão de entrada é ponto de encontro em diversas atividades

partilhamos valores", afirma Helda Abumanssur, atual assistente da diretoria e coordenadora do escritório nacional da associação. Segundo Helda, "o compartilhamento do espaço é muito acolhedor, respeitoso e transparente".

Embora a Abong tenha sido a primeira organização a dividir a sede com a Ação Educativa, logo vieram outras, desenhando uma identidade para o prédio. "O Fórum Social Mundial nasceu aqui, as primeiras reuniões foram aqui. E como a sede é aberta para movimentos sociais e fica em um lugar bastante central, ela virou um espaço de encontro de movimentos sociais e ONGs", conta Sérgio.

Chico Whitaker, membro do Conselho Internacional (CI) do Fórum Social Mundial (FSM), lembra que "algumas reuniões de formação, inclusive do (CI), aconteceram no prédio da Ação Educativa, mas o que marcou a aproximação foi a criação do escritório do FSM no prédio em 2000". Para Chico "o prédio da Ação Educativa já é uma referência na cidade de São Paulo, por ser um espaço aberto para movimentos sociais e para grupos que desejam fazer atividades e não encontram espaços apropriados na região central".

Identidade política

Antes mesmo da chegada do FSM, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – articulação que reúne mais de duzentas organizações e movimentos na defesa da educação pública de qualidade para todos – também já ocupava as salas do prédio. A Campanha nasceu em 1999, durante o processo preparatório para a Cúpula de Educação para Todos, que ocorreu em Dakar. Daniel Cara, coordenador da campanha, chama a atenção para o ambiente geral do prédio. "Há uma identidade política: todas as organizações aqui lutam por direitos e são reconhecidas politicamente por isso. É um lugar onde a presença dos movimentos sociais é constante e tem uma estrutura ótima para reuniões. A convivência com a equipe da Ação também gera um diálogo produtivo", diz.

Para a jovem Luana Cristina, de 20 anos, integrante dos coletivos Cineteia e Microlhar e frequentadora do Centro de Mídia Juvenil, a Ação Educativa é um polo agregador e ampliador de horizontes e possibilidades. "É o espaço que os grupos têm para se encontrar, onde conseguimos viabilizar empréstimos de equipamentos e assessoria pedagógica para os nossos projetos. Também nos articulamos a outros grupos para expandir nossa atuação", diz. Ela lembra que, há cinco anos, durante o projeto Vídeo, Cultura e Trabalho, realizado pelo programa Juventude, ela conheceu seus parceiros de coletivo. "A Ação oferece este ambiente onde fazemos amizades e estabelecemos vínculos para toda a vida. Além disso, quando dizemos que somos apoiados pela Ação, portas se abrem", conta Luana.

Espaço também abriga mostras e exposições

Cursos e atividades de formação fazem parte do dia-a-dia da sede

As reuniões de formação, de grupos da periferia e de movimentos, as atividades culturais, os seminários e atividades sobre educação, racismo ou gênero demonstram o caráter dos ocupantes do "predinho", como a sede é carinhosamente chamada pelos seus frequentadores.

Ao longo dos anos, a sede da Ação Educativa consolidou-se como um reflexo físico do perfil político da organização e da sua relação com parceiros e ocupantes. Não só pela troca política, profissional e pessoal, mas também pelo uso que as entidades e grupos fazem do espaço. O predinho hoje tem uma identidade própria e uma vida política efervescente.

ENTREVISTA

AÇÃO PELA DEMOCRACIA

***Maria Malta Campos** é uma das principais referências nacionais quando o assunto é Educação Infantil. Doutora em Educação e pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas, a professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) exerce seu segundo mandato de presidente da Ação Educativa. Nesta entrevista, Maria faz um breve balanço dos 15 anos de história da organização.*

A Ação Educativa está completando 15 anos. Qual o balanço da evolução desses anos de trabalho? Os objetivos foram atingidos?

Acho que não é muita pretensão nossa acreditar que o balanço é bastante positivo, pois muitos dos objetivos que colocamos para nós mesmos foram atingidos. Isso permite dizer que a Ação Educativa vem contribuindo para a democratização da sociedade, nos limites do alcance da atuação de uma ONG, evidentemente.

As contribuições da Ação Educativa são de naturezas diversas: no campo da educação, o esforço e a competência em divulgar dados e análises críticas da conjuntura, municiando assim a sociedade civil para atuar na direção de um maior controle social das políticas públicas; no campo da juventude e da cultura, acompanhando e colaborando com novos atores sociais cuja expressão pública ainda é muito tolhida, procurando dar visibilidade a iniciativas que partem de setores populares que possuem novas demandas de reconhecimento e participando de espaços de debate e intervenção em políticas públicas; na Educação de Jovens e Adultos, mantendo acesa uma chama que não parece mais ser objeto de grande atenção por parte de muitos governos.

É possível determinar as diferentes fases pelas quais passou a Ação Educativa nestes 15 anos?

Nesses quinze anos, a Ação estendeu o alcance de suas temáticas em diversas direções, a partir da tradição acumulada na época do Cedi (ver pág. 06) na área de educação popular, sempre aliando análise e intervenção na realidade, de uma forma integrada. Em um primeiro momento, acompanhando a redemocratização política do país, passou a se preocupar também com a educação escolar; em um segundo momento, ampliando esse foco para os grupos sociais que se fazem presentes nesse cenário, como os jovens, as famílias e as comunidades do entorno das escolas, os professores. Mais recentemente, incorporamos a questão da cultura, trazida com força pelos grupos juvenis, mas também abrindo a perspectiva para outros grupos populares e para as relações de raça e de gênero. A sede desempenhou um papel importante nessa ampliação dos horizontes, pois permitiu que diversos grupos sociais – especialmente os jovens – se fizessem presentes e começassem a se apropriar desse espaço, estabelecendo um contato mais direto e vivo entre protagonistas internos e externos (ver pág. 48).

Qual é a "cara" dessa fase atual da organização?

Eu diria que, por um lado a Ação Educativa cresceu, tornou-se mais complexa e, por isso, precisa dedicar uma parte de sua energia para administrar esse crescimento interno, que é reflexo da ampliação de seu escopo e de suas parcerias. Por outro lado, a Ação Educativa é hoje uma organização bastante reconhecida e respeitada no país, o que talvez lhe dê uma identidade mais séria. Exatamente por isso, a presença de outros grupos juvenis em sua sede e as interfaces com outras organizações e mobilizações são tão importantes, pois permitem harmonizar essas identidades e deixá-la sempre aberta a novos desafios.

Em que as mudanças na conjuntura e o estágio de desenvolvimento das políticas públicas de educação, juventude e cultura afetam o trabalho da organização?

Nesse ponto acho que o formato da Ação Educativa facilita sua atuação na conjuntura presente, pois ela permite uma agilidade na incorporação de novas formas de mobilização, por exemplo, na formação de redes, na comunicação por internet, na participação em conselhos e em diferentes articulações políticas e sociais. Acho que temos sido hábeis em nos mover com desenvoltura nesses novos cenários de participação.

Maria Malta e Sérgio Haddad na assembleia da organização realizada em outubro de 2009

É possível visualizar desafios comuns para os três campos de atuação da organização? E em cada um deles?

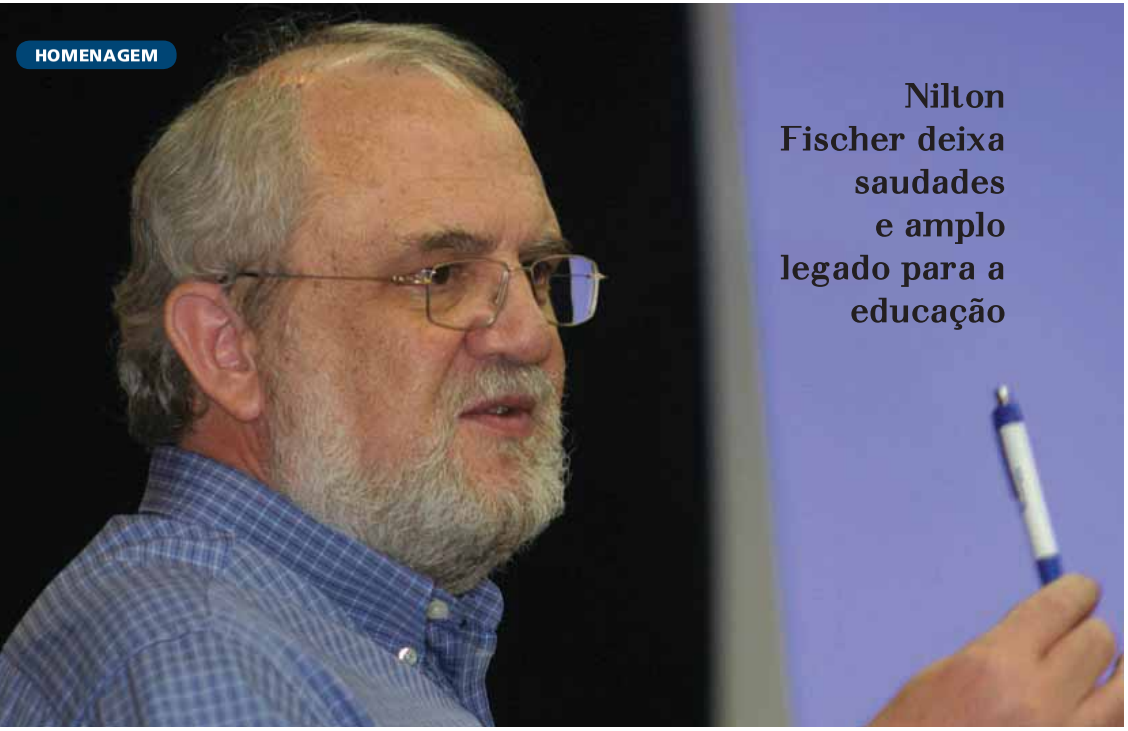
O recente processo de avaliação realizado sobre essas áreas de atuação (ver pág. 14) mostrou os diversos pontos de contato entre elas, suas sobreposições e também os espaços que ainda precisam ser cobertos. Paradoxalmente, revelou que o campo de EJA, o mais tradicional da organização, precisa ser reforçado; apontou o potencial a ser explorado na área de cultura e o que precisa ser aprofundado e até mesmo radicalizado no campo da juventude.

Em relação ao desenvolvimento institucional da entidade, quais são as principais questões que precisam ser enfrentadas nos próximos anos?

Como sempre acontece em uma organização que cresceu muito e ganhou maior visibilidade, surge uma certa tensão entre a necessidade de maior formalização na gestão – inclusive para responder às exigências legais e burocráticas, que são muitas – e os legítimos anseios por maior participação das equipes nas decisões. Estamos inclusive debatendo os processos de tomada de decisão na Ação Educativa, a partir da necessidade de elaborar seu regimento interno. A avaliação externa também apontou questões que precisam ser enfrentadas daqui para a frente na condução dos projetos. São desafios significativos, pois ao mesmo tempo que há entraves a serem superados, não se pode correr o risco de pôr a perder avanços importantes que foram obtidos ao longo desses quinze anos de vida.

"A Ação Educativa estendeu o alcance de suas temáticas em diversas direções, a partir da tradição acumulada na época do Cedi, sempre aliando análise e intervenção na realidade."

HOMENAGEM



Nilton Fischer deixa saudades e amplo legado para a educação

Nilton Bueno Fischer, sócio-fundador e ex-diretor da Ação Educativa, faleceu em julho de 2009, em Porto Alegre. Aos 62 anos, Nilton foi vítima de uma parada cardíaca. Pesquisador dos temas ligados à educação popular de jovens e adultos, Nilton lecionou no programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no mestrado em educação do Centro Universitário La Salle.

Nos últimos anos, coordenava o mestrado em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mantinha atividades de orientação na pós-graduação, além de desenvolver estudos e pesquisas sobre juventude, educação popular e economia solidária.

Nilton partiu repentinamente. Como legado, deixa uma vasta obra intelectual, que ajudou e continua a ajudar a formar muitos pesquisadores. Deixa também a lembrança de alegria e delicadeza que tanto contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Natural de Dom Pedrito (RS), Nilton formou-se em Ciências Econômicas pela Unisinos, tendo feito mestrado na UFRGS, doutorado na Stanford University e pós-doutorado em Educação pela Universidade de Illinois.

Foi também secretário de Educação de Porto Alegre em 1993, secretário-geral e vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), colaborador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e da Fundação Carlos Chagas.

Nilton deixou dois filhos, Gustavo e Janaína. Aos dois e a todos da família levamos nosso abraço com muito carinho e pesar.

PUBLICAÇÕES DA AÇÃO EDUCATIVA

ação educativa 15! ANOS

www.acaoeducativa.org
Rua General Jardim, 660 - São Paulo - SP
55 11 3151-2333